

RICARDO CASAGRANDE
ROBERTO DA CRUZ TONELLA

**IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL
CASO PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA – PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

CURITIBA
2003

AGRADECIMENTOS

Ricardo Casagrande

A minha esposa Elsa Cristina, pelo apoio incondicional, paciência e carinho.

Aos meus pais e irmãos, pelas palavras de apoio.

Ao Professor Blênio Orientador do Trabalho.

Ao Prefeito Charles Lipinski pela Oportunidade de realização do trabalho.

Roberto Tonella

Agradeço a minha esposa Maurina.

A minha mãe e meu irmão que me apoiaram e encorajaram para fazer o curso de especialização em Auditoria Integral.

Ao professor Orientador Blênio Severo Peixe.

Ao Prefeito Charles Lipinski pela Oportunidade de realização do trabalho.

PENSAMENTO

“Um fator determinante para existir um ambiente com bons controles internos é o coração de pessoas retas, com sede de justiça e verdade, que têm compromisso com a ética e não pactuam com as mentiras, injustiças, artimanhas e manipulações”.

RESUMO

CASAGRANDE, R. e TONELLA, R. IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CASO PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA – PARANÁ. O presente trabalho tem por objetivo o levantamento da Revisão de Literatura subsidiando-o para a Implantação do Controle Interno na Administração Pública Municipal, caso Prefeitura Municipal de Quitandinha Estado do Paraná, objetivando a redução de erros nas prestações de contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado, sendo a implantação na Secretaria de Administração e Finanças, órgão Controle Interno, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito será responsável pela verificação e afirmação por meios de relatórios, que os atos editados pelo Executivo, como Leis, Decretos, Relatórios de Gestão da Lei de Responsabilidade Fiscal, sejam regularmente e cumprindo os prazos, publicados no órgão oficial do Município, que seja verificado periodicamente os Índices Constitucionais, com Educação, Saúde, Pessoal, Serviços de Terceiros. Com este trabalho pretendemos obter os resultados de implantar o Controle Interno e que este subsidie o Setor de Contabilidade e Administração, fornecendo elementos e controles no momento da prestação de contas anual sendo que estes índices de aplicações são elementos primários para uma regular prestação de contas e possibilitam o Município a obter a certidão Liberatória do Tribunal de Contas, a qual habilita o mesmo a receber recursos de convênios, auxílios e subvenções e que estes controles também possam ser usados como elementos de gestão financeira e administrativa, subsidiando os administradores a tomadas de decisões mais corretas, e que resulte num bom desempenho da Administração Pública Municipal.

Palavras Chaves: Controle Interno, Administração Pública, Prefeitura.

E. Mail: casagrande@parati.com

robecruz@sociais.ufpr.br

INDICE

AGRADECIMENTOS	II
PENSAMENTO	III
RESUMO	IV
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5
2.1.1 Administração Pública Municipal	13
2.2 CONTABILIDADE PÚBLICA	19
2.2.1 Campo de Atuação	20
2.2.2 Regime Contábil	21
2.3 CONTROLE	22
2.3.1 Controle Interno	22
2.3.2 Controle Externo	25
2.4 Auditoria	26
2.4.1 Auditoria Interna	31
2.4.2 Auditoria Externa	32
2.5 CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	34
2.5.1 Controle Interno na Administração Pública Federal	37
2.5.2 Controle Interno na Administração Pública Municipal	41
2.6 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	41
2.6.1 Constituição Federal	42
2.6.2 Lei de Responsabilidade Fiscal	43
2.6.3 Constituição Estadual e Tribunal de Contas do Estado	47
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	53
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE CASO	54
4.1 LEI ORGÂNICA MUNICIPAL	54
4.2 MUNICÍPIO DE QUITANDINHA	56
4.2.1 Estrutura Organizacional do Município	57
4.3 PLANO PARA IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE	59
4.3.1 Roteiro da Proposta de Implantação	59
5. CONCLUSÃO	62
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
7. ANEXOS	67
ANEXO I – Dados do Município de Quitandinha	68
ANEXO II – Projeto de Lei para Implantação Controle Interno	82
ANEXO III – Publicação de Artigo sobre Controle Interno na Administração Pública.	90

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000, a Constituição Federal de 1988, Lei 4320/64, legislações que regulam as Administrações Públicas Municipais, torna-se necessário um constante acompanhamento nos atos e controles objetivando a redução de erros nas prestações de contas anuais aos Tribunais de contas Estaduais, com este intuito que propomos a Implantação de Controle Interno na Administração Pública Municipal – Caso Prefeitura Municipal de Quitandinha

A Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem por objetivo básico estabelecer normas para as finanças públicas visando à responsabilidade da gestão fiscal, ou seja, o cuidado e o zelo na arrecadação das receitas e na realização das despesas públicas, obrigando o gestor público a agir de forma transparente e em estrita obediência aos seus dispositivos legais.

“O art. 74 da Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de os Poderes manterem sistema de controle interno, relacionando, em seus incisos, as suas finalidades”.

Com a LRF, foi dada mais uma atribuição ao controle interno: a fiscalização do seu cumprimento, para que sejam averiguando o emprego do dinheiro público, com o intuito de evitar o abuso do poder, o erro, a fraude. O assunto diz respeito diretamente à Contabilidade e aos seus profissionais, na medida em que a Lei Complementar 101-00 exige a elaboração, análise e avaliação de relatórios de natureza estritamente contábil.

Como o Controle Interno pode contribuir para evitar erros nas Prestações de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Quitandinha? Parte do pressuposto que com a implantação do Controle Interno na Administração Pública município de Quitandinha, pretendemos acompanhar a execução dos atos indicando , em caráter opinativo, preventivo e/ou corretivo as ações a serem desempenhadas com vistas a atender o controle da execução orçamentária, financeira e contábil, bem como os controles administrativos de modo a verificar o cumprimento dos índices de Saúde, Educação Gastos com Pessoa, aplicação dos Recursos do Fundef e Serviços de Terceiros.

A necessidade de criação de um Controle Interno, nas Administrações Públicas Municipais. Com fundamento numa nova forma de administração, a gerencial e, por consequência, de controle, surge um novo conceito de controle, não com o sentido repressivo, adstrito a padrões rígidos, mas sob um enfoque do controle prospectivo, técnico, como atividade de vanguarda na vigilância e orientação, exercitado em nome do interesse público. O controle voltado para o exame da eficiência, eficácia e efetividade dos atos administrativos, sob os ângulos da legitimidade, razoabilidade e economicidade, trabalhando nas causas dos descontroles existentes.

Assim, este trabalho tem o propósito de visualizar e ressaltar as atribuições do Sistema de Controle Interno e reforçar a necessidade e a importância da implantação do Controle Interno. Além desses fatores, consideramos que um trabalho deva ter três características importantes: a primeira, ser objetivo, com alguma prática, e não apenas teórico; a segunda, que tenha por objeto algo que

realmente motive o autor; e a terceira, que dê algum tipo de contribuição para aqueles que, por uma ou outra razão, irão conhecê-lo.

Ressalto que a intenção não é abranger todo o universo de hipóteses técnicas existentes, havendo a necessidade de adaptação e desenvolvimento, em cada Município, das peculiaridades locais. O presente trabalho serve para a continuidade de discussões e aprimoramento do assunto controle.

No caso a ser estudado pelas dificuldades existentes, buscamos dar o enfoque do Controle num município de pequeno porte, assim entendidos um município que têm uma estrutura administrativa pequena, recursos escassos e com dificuldades de recursos humanos.

A existência de controles pressupõe sempre dois lados, o do controlador e o do controlado, mas normalmente não há gosto pelo primeiro, tido como algoz, e, com freqüência, há uma simpatia pelo segundo, tido como vítima.

Em geral, as pessoas evitam falar sobre esse tema, temendo provocar mal-entendidos e reações de reprovação, carregadas de certa carga de rejeição e emocionalidade. Talvez tais reações sejam próprias da ambigüidade do assunto.

Historicamente, o conceito da palavra controle sempre foi cercado de polêmicas e incompreensões, na medida em que, por diversas vezes, os administradores públicos se inclinam a entendê-la, única e exclusivamente, como um ato de interferência de profissionais a bem do serviço público, na sua missão constitucional de verificar falhas e irregularidades e, corrigi-las em sua administração. Ledo engano, embora para essa finalidade estejam presentes os órgãos de controle externo. Os controles internos servem muito mais para auxiliar o administrador na busca de sua missão, colocar serviços públicos à disposição da

comunidade, tendo em vista a necessidade de conhecimento daquilo que ocorre no Município, não um conhecimento empírico, baseado somente na experiência, quando existe, e sem nenhum conhecimento científico, mas, sim, apoiado em técnicas modernas de administração, planejamento e gestão.

Deve ser relevado, da mesma forma, o universo da realidade cultural, social e econômica no Município onde este trabalho vai ser elaborado, pois, no exercício da atividade de controle, não raras vezes a fiscalização denota uma certa antipatia, desconfiança e desconforto no Auditado.

A possibilidade é de que a fiscalização, exercida pelo Controle Interno Municipal, sofra resistências, sendo o processo educativo e de orientação o melhor remédio para solucionar tais incompreensões.

Este trabalho tem a intenção implantar o Controle Interno para prover de mecanismos adequados e simplificados os controles de gestão orçamentária, financeira e contábil os órgãos da Administração Pública Municipal a fim de evitar erros na prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Com intuito de fazer um levantamento de revisão de literatura para dar suporte a monografia, relatamos os seguintes temas, Administração Pública, Contabilidade Pública, Controle, Auditoria, Controle Interno na Administração Pública e Legislação Específica.

2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No que se à administração pública, as funções quanto aos órgãos variam de acordo com a organização particular de cada Estado. Entretanto, quando estudamos gestão financeira vamos encontrar como funções fundamentais as funções volitivas, funções diretivas e funções executivas.

Podemos verificar que as funções volitivas são exercidas pelo órgão volitivo ou de decisão, ou seja, pelas pessoas que têm a atribuição de formar e expressar a vontade suprema da entidade.

Em face dessas funções, o órgão volitivo ocupa lugar de destaque na organização do Estados, já que a ele compete idealizar a Constituição do Estado, fixar os seus fins e decidir afinal sobre o seu destino e, uma vez formado o organismo, ordenar, orientar e decidir segundo as regras estabelecidas.

No nosso regime de organização política, o órgão volitivo representado pelo Poder Legislativo, composto em nível Federal pelo Congresso nacional, que é constituído pela reunião da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com o objetivo de interpretar as deliberações dos órgãos volitivos e, ainda, de verificar se os órgãos diretivos e executivos estão agindo de acordo com o decidido

e exercer a vigilância para que não excedam sua autoridade, existem os órgãos do Poder Judiciário e os Tribunais de Contas que exercem funções subsidiárias das funções volitivos.

As funções diretivas são exercidas pelos órgãos de direção que interpretam e colocam em execução as decisões adotadas pelos órgãos volitivos, completando e regulamentando o que foi decidido, bem como dirigindo e coordenando o trabalho dos órgãos de execução, vale dizer, o órgão diretivo é intermediário entre os órgãos volitivos e executivos. As funções diretivas objetivam determinar a arrecadação das receitas e a realização das despesas em obras públicas, educação, saúde, saneamento, segurança, transporte etc. (SILVA, 2000 p. 156).

A Constituição Federal quando estabelece que os Poderes da União são independentes e harmônicos evidencia que as funções dos órgãos diretivos são confiadas não só ao presidente da República, como também aos titulares dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário.

O quadro seguinte, mostra segundo as esferas de Governo, os principais ordenadores primários e secundários:

ESFERA DE GOVERNO	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
PRIMÁRIOS OU NATOS	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente do Senado - Presidente da Câmara dos Deputados - Presidentes dos Tribunais - Presidente da República - Ministros de Estado 	<ul style="list-style-type: none"> -Presidente da Assembléia Legislativa -Presidentes dos Tribunais -Governador do Estado -Secretario de Estado 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara dos Vereadores - Presidente dos Tribunais de Contas - Prefeito Municipal - Secretários Municipais
SEGUNDARIOS	-Tribunais da Unidades Orçamentária e/ou administrativas	- Titulares das unidades Orçamentárias e/ou Administrativas	- Titulares das unidades Orçamentárias e/ou Administrativas.

Fonte: (SILVA, 2000, p.163)

Os titulares desses órgãos, no exercício da atividade financeira, são denominados Ordenadores Primários, enquanto Ordenadores secundários são todas as autoridades com delegação para o exercício daquela autoridade.

Os órgãos diretivos têm como característica básica o fato de serem eles que ordenam o que deve ser arrecadado, bem como o que deve ser gasto devem prestar contas de tais atos.

Verificamos que as funções executivas são as referentes à realização das tarefas que visam atingir os fins da entidade; são exercidas pelos órgãos que cumprem as decisões e instruções dos órgãos volitivos e diretivos.

Sob o enfoque da administração financeira, os órgãos da execução são constituídos pelos agentes arrecadadores e agentes pagadores, sendo que os primeiros podem ser classificados em dois grupos: Agentes Públicos são as próprias repartições do governo com atribuições legais para arrecadar receitas públicas (tesourarias, coletorias, exatorias, delegacias policiais, postos fiscais volantes) e Agentes privados são os bancos autorizados a quem administração confere a mesma atribuição dos agentes públicos.

Verifica-se que as funções quanto ao objeto são assim classificadas: como Funções de direção, funções de gestão e funções de controle.

Funções de direção são aquelas cujo objetivo é informar, disciplinar e governar todo o trabalho econômico, de tal forma que os esforços empregados sejam convergentes para a realização eficaz dos fins almejados.

Funções de gestão representam a maior parte da atividade da instituição e relacionam-se com os processos que visam à obtenção, transformação, circulação,

aplicação e consumo de bens com fito de atingir a finalidade proposta pela administração.

Verifica-se que as funções de controle devem ser exercidas em todos níveis e em todos os órgãos compreendendo, o controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado, o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

SILVA, 2000 p.158 define o princípio do controle interno, *“É também princípio de controle interno aquele que estabelece que o trabalho administrado será racionalizado mediante simplificação de processo e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais, ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco”*.

A necessidade de registro e controles aumenta a medida que cresce a atividade econômica de um indivíduo ou grupo, isto porque tal atividade, em função dos próprio desenvolvimento econômico, não pode ser mais diretamente administrada pelos interessados, tornando se necessário o uso cada vez mais intenso dos registro sistemático e dos controles. Na formação do estado, os fatos ocorrem mais ou menos do mesmo modo, visto que sua atividade é normalmente complexa.

Verifica-se as divisões do controle, Controle contábil e controle administrativo ou operacional.

O controle contábil compreende o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que se relacionam diretamente com, a salvaguarda dos ativos e a idoneidade dos registros no controle contábil, incluem –se ainda, sistemas de autorização e aprovação, separação dos deveres relacionados com registros nos livros e custódia de valores, preparação de relatórios, inventários e conciliações e Auditoria interna.

O controle contábil deve ser preventivo e escritural. Seu objetivo é a segurança da veracidade do registro das operações no que se refere à legalidade dos atos e à fidelidade funcional dos agentes da administração. O controle administrativo ou operacional compreende o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que se relacionam com a eficiência das operações e a observância às políticas administrativas e que, em geral, relacionam-se indiretamente com os registros. (SILVA, 2000 p. 160).

No controle administrativo, podemos incluir, análise estatística, acompanhamento físico dos contratos, controle de qualidade e auditoria de programas e operacional.

Verifica-se que o controle administrativo, objetiva auxiliar o processo decisório, acompanhando as operações, intervindo em sua realização com a finalidade de assegurar a continuidade dos programas e projetos do governo, mormente no que se refere à eficiência operacional e à conveniência e oportunidade e sua realização.

A função do controle do ponto de vista econômico financeiro orienta-se pelo órgão de contabilidade com o fim de demonstrar, estimular, vigiar e recordar toda a atividade exercida em determinado período.

Sob esse aspecto, o controle na administração pública objetiva, principalmente, a fixação de responsabilidades mediante, controle de legalidade dos atos, controle de fidelidade funcional e controle dos cumprimentos dos programas de trabalho.

O controle pode ser efetuado em vários momentos em relação aos fatos administrativos. Assim, temos, controle antecedente, controle concomitante e controle subsequente.

O controle antecedente é exercido por intermédio da promulgação de leis, elaboração de contratos, instruções e regulamentos que disciplinam as atividades. O controle concomitante é exercido através da vigilância sobre o trabalho administrativo, à medida que ele se processa como emissão de empenhos, arrecadação de receita. O controle subsequente é realizado mediante a utilização de relatórios contábeis e extra-contábeis bem como a realização de auditorias que possibilitam o conhecimento das ações efetivadas. (SILVA, 2000 p. 170)

A constituição federal estabelece que a fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno de cada Poder.

Ao estabelecer que cada um dos Poderes terá seu sistema de controle interno, a Constituição de 88 inovou em relação às normas anteriores, que previam o controle interno apenas como sendo de responsabilidade do Poder Executivo. Além dos objetivos já delineados, o sistema de controle interno no setor público tem, ainda, as seguintes e principais finalidades, proteger e salvaguardar os bens e outros ativos contra fraudes, perdas ou erros não intencionais, assegurar o grau de confiabilidade da informação contábil e financeira com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisões, promover a eficiência das operações e impulsionar a adesão à política estabelecida pela administração a qual se vincula e servir de guardião dos princípios de controle interno integrados.

Sob o aspecto estrutural, verifica-se que o controle interno deve estar infiltrado em toda a organização e inclui os sistemas de contabilidade, administração financeira e auditoria interna.

No que se refere à entidade, Estado, a Constituição indica que o controle interno será mantido, de forma integrada, pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direitos e haveres, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Ao tratar do controle interno, a Constituição Federal inclui dois dispositivos importantes para resguardar a sua independência, bem como cria a possibilidade para denúncia sobre irregularidades. Assim, temos que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solitária(§ 1º art. 74);

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma de lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas(§ 2º art. 74).

No tocante ao controle externo, ele será exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente e constitui-se na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

O julgamento da regularidade das contas de qualquer administrador ou responsável por bens e valores é baseado nos instrumentos e levantamentos contábeis e pareceres de auditoria.

O órgão de controle que assume maior amplitude no que diz respeito à administração pública, ou seja, o órgão que acompanha toda a atividade econômica, que estuda os fenômenos que lhes são inerentes, suas causas e seus efeitos, pondo-os em evidência, que demonstra os efeitos da administração sob o patrimônio e que desta forma constrange os órgãos da administração a atuarem em consonância com o programa estabelecido denomina-se órgão de contabilidade.

É claro que isso não significa todo controle é função exclusiva da Contabilidade. Os demais órgãos da administração também exercem de maneira acessória ou complementar a função de controle. Assim, o tesoureiro ou o almoxarife não podem deixar de auto-fiscalizar-se, conferindo os valores sujeitos à sua guarda ou, ainda, exercendo fiscalização sobre seus auxiliares.

Ao mesmo tempo que, damos relevância vital ao órgão de contabilidade por atingir todas as demais funções, devendo por isso não se subordinar a nenhuma delas, é importância alertar para o fato de que será incorreto sobrepor às demais funções.

Um perigo que se deve evitar é, o da tendência do controle em imiscuir-se na direção e na execução das demais funções.

Têm-se, portanto, que as atividades desenvolvidas na administração pública são denominadas funções. As funções próprias dos órgãos recebem designações que remetem ao órgão de origem.

2.1.1. Administração Pública Municipal

Conforme o art. 31 da Constituição Federal de 1988, “a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei”.

Isso significa que à Câmara Municipal compete fiscalizar os atos do Prefeito e de todos os órgãos da administração municipal. Essa fiscalização, todavia, haverá de ser exercitada dentro das normas legais pertinentes e aplicáveis.

Para analisar os gastos e as despesas realizadas pelo Chefe do Executivo e demais órgãos governamentais, o Poder Legislativo deverá usar do Tribunal de Contas do Estado, ou do Município, onde existir à época da promulgação da Constituição Federal.

O Tribunal de Contas do Estado TCE, junto com o Ministério Público são o órgãos autorizado a promover a análise dos documentos e papéis da administração Municipal e verificar da legalidade das despesas e demais atos praticados pelo Executivo. O princípio constitucional da fiscalização do Executivo pelo Poder Legislativo fundamenta-se na necessidade de adoção de pesos e contrapesos que amoldam a convivência e a harmonia dos poderes, independentes, mas que devem respeito às normas vigentes.

A Constituição Federal de 1988, como já o fazia a anterior de 1946, que comete ao Legislativo Municipal, a tarefa de fiscalizar os atos e despesas do Executivo e seus órgãos, evitando desmandos e despesas sem embasamento legal.

A Administração Municipal, deve ter suas contas analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Não pode, o Município criar Tribunal, Conselho, ou Órgão de Contas, pois essa prática é vedada pela Constituição Federal (art. 31, parágrafo 4º).

Anualmente, até 31 de março, as contas da Mesa da Câmara e do Poder Executivo, devem ser remetidas ao Tribunal de Contas para sua análise. Ato contínuo, os auditores do Tribunal, comparecem às repartições competentes para verificação e conferência, cotejando os dados fornecidos nos balanços com os documentos existentes; verificando os livros obrigatórios, os contratos, o saldo de caixa e emitem um relatório indicando as irregularidades e propondo as medidas saneadoras.

O Prefeito e os demais responsáveis pelos órgãos públicos são notificados, para manifestarem-se acerca da conclusão da auditoria. Com a defesa do responsável, os autos vão ao Relator do processo, que emitirá o seu parecer, que, será submetido a julgamento pela Turma Julgadora do Tribunal e que será reduzido a Acórdão. Esse é o parecer prévio, de que nos fala a legislação pertinente.

Em seguida os autos das contas com o Acórdão do Tribunal de Contas, e demais manifestações, são remetidos à Câmara Municipal, que terá o prazo de 90 (noventa) dias para apreciá-las e decidir sobre as mesmas.

O parecer do Tribunal de Contas, consubstanciado no Acórdão referido, servirá de base para a Câmara Municipal deliberar sobre as mesmas.

Recebidos, os autos, serão encaminhados às Comissões Permanentes para os respectivos pareceres, segundo o que dispuser o Regime Interno da Edilidade. Se a Comissão de Justiça e Redação, acolher o parecer prévio do Tribunal, deverá apresentar Projeto de Decreto Legislativo dispondo sobre a aprovação ou não das contas.

Com os pareceres, o processo será incluído na Ordem do Dia da sessão respectiva, tendo prevalência e preferência sobre os demais assuntos, podendo a

Presidência da Mesa determinar que naquele dia será objeto da Ordem do Dia apenas o processo das Contas, para evitar-se tumultos e degeneração dos trabalhos.

Depois de discutido o processo será colocado em julgamento, deliberando sobre o Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Justiça. Deverá prevalecer sempre, o parecer prévio do Tribunal de Contas. somente por decisão da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara deixará de prevalecer tal parecer, surgindo uma decisão diferenciada.

Sendo o parecer do órgão de contas pela aprovação das mesmas, e mantida tal decisão, haverá de ser promulgado o respectivo Decreto Legislativo. Se o pronunciamento final da Câmara for pela desaprovação ou não aprovação das contas, o processo será remetido ao Representante do Ministério Público para as providências cabíveis e responsabilização de quem de direito.

O Ministério Público apenas verificará se foram cumpridas as formalidades legais e da existência de crime contra o erário público. Em caso de dano na esfera civil haverão de ser tomadas providencias pela própria Edilidade, visando o ressarcimento dos cofres públicos por eventuais prejuízos que lhe forem causados e conforme for mencionado pelos auditores e pelo Acórdão da Câmara Julgadora do Tribunal de Contas.

De qualquer maneira ao tomarem conhecimento de fatos e contratos irregulares e que tenham trazido prejuízos aos cofres municipais, os Srs. Vereadores podem e devem promover as medidas judiciais cabíveis para a satisfação do bem comum e integral ressarcimento do erário.

Se os vereadores não agirem em nome do mandato de que são detentores, serão passíveis de responsabilidade civil e criminal por omissão na função que exercem.

A Câmara pode e deve fiscalizar os atos da Administração, mas de forma regulamentada em sua Lei Orgânica e em seu Regime Interno.

Os Vereadores, podem solicitar informações e certidões do Executivo e demais órgãos e entidades a ele ligadas direta ou indiretamente, a respeito de atos e contratos administrativos e tudo aquilo que diga respeito às finanças municipais.

Como cidadão, o Vereador pode apresentar requerimento, na repartição municipal, solicitando esclarecimento a respeito de assunto determinado, mas deve indicar a finalidade do documento, ou certidão pretendidos, conforme art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Se o vereador pode requerer como cidadão comum, com muito maior razão e amplitude, usando de suas prerrogativas constitucionais, inerentes ao mandato eletivo que lhe foi outorgado, e poderá propor requerimento à Mesa da Câmara, para que a mesma solicite informações de atos, contratos e cópias de documentos ao Prefeito, aos demais órgãos da administração municipal e às entidades por ela subvencionadas.

Colocado o requerimento como matéria do expediente, observado o regimento interno da Casa, será ele discutido e apreciado pelo Plenário, aprovado o requerimento, deixará ele de ser peça do Vereador subscritor, para interessar à própria Casa Legislativa.

A partir da aprovação pelo Plenário, caberá à Mesa da Câmara dar-lhe andamento, na forma regimental, e solicitar as informações reclamadas pela

Câmara. Caso não seja atendido o requerimento, ou as informações venham de forma inadequada, incompleta, ou incompatível, caberá à Mesa renovar o expediente visando à integral satisfação da propositura.

Em não sendo atendimento o pedido, na forma e condições determinadas pela legislação, a Mesa poderá tomar as medidas administrativas e judiciais que o caso requeira, no cumprimento das normas aplicáveis.

O Vereador pode e deve usar de suas prerrogativas institucionais, munido do mandato popular para obter os mesmos informes.

O texto constitucional assegura a qualquer cidadão e ao próprio Vereador, o direito de obter certidões e informes de atos e contratos da administração municipal para esclarecimento e defesa de interesse particular e/ou coletivo.

No entanto, que tais pedidos de informações devem ser claros, objetivos, fundamentados, com indicação do fim a que se destinam, sob pena de não serem atendidos pela autoridade a que são dirigidos.

Todavia, esse direito não será exercido de forma ampla e irrestrita, como em princípio se poderá entender. Não se permitirá ao Vereador vasculhar a Administração, a título de defesa dos interesses da sociedade, solicitando informações e mais informações sem qualquer finalidade ou objetivo, sobre todos os atos do Executivo.

O requerimento deverá endereçar pedido de informação sobre assunto certo e determinado, podendo solicitar cópia dos atos, pareceres, decisões, contratos, etc. Mas deverá justificar fundamentalmente o pedido e mencionar o fim a que se destina. Caso assim não seja, o requerimento poderá não ser atendido, por falta de amparo legal.

Essa tem sido a orientação jurisprudencial, que tem dado direito ao cidadão de obter informes e certidões de atos administrativos, mas “que sejam para defesa de direitos e para esclarecimento de situações”.

A preocupação do legislador constituinte foi de assegurar o direito individual, mas vedou que sirva de pretexto para abusos tais, não permitindo ao cidadão e nem ao Vereador imiscuir-se na administração pública, sempre com objetivos não confessados e muitas das vezes com caráter eleitoreiro.

O Vereador pode e deve usar de suas prerrogativas, mas deve fazê-lo com responsabilidade, evitando que sua atitude seja interpretada como inconveniente e antijurídica.

Entre os doutrinadores pátrios firmou-se a tese de que o pedido de informações, tanto do cidadão como e principalmente da Câmara Municipal, deve ser atendido pelo Prefeito Municipal. O CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal, ligado à Fundação Prefeito Faria Lima, tem expedido resposta às consultas que lhe são endereçadas no sentido de que “o chefe do Executivo, porém, não está obrigado a fornecer todo tipo de informação”.

Referido órgão tem orientado as Câmaras consulentes de que o pedido de informações, para merecer atendimento do Executivo deve conter os seguintes requisitos:

O Edil poderá apresentar à Mesa da Câmara requerimento solicitando que sejam requisitadas informações do Prefeito Municipal, da própria Câmara, ou de qualquer órgão da administração pública. O requerimento deverá seguir a tramitação disposta no Regimento Interno da Câmara. Deverá ser lido como matéria do “expediente”. Depois de lido deverá ser discutido pelos Vereadores e colocado em

votação. Se aprovado, por maioria simples dos presentes, a Mesa solicitará, em nome da Câmara, as informações ou documentos reclamados. As informações deverão ser remetidas à Câmara no prazo indicado na Lei Orgânica, “sob pena de responsabilidade”.

Somente por motivo de sigilo que deva ser mantido e por ser imprescindível à segurança da sociedade e do Estado se poderá negar a expedição de certidão, ou de informações.

Esse sigilo deverá ser devidamente esclarecido, para que a autoridade se abstenha de atender ao requerido pelo cidadão e não venha a ser responsabilizado penalmente (art. 5º, inciso XXXIII da CF).

Na esfera do Município oficialmente depararemos com situação idêntica, pois nada justifica o sigilo de que nos fala a Constituição Federal, tendo isso pertinência apenas na esfera Federal.

2.2. CONTABILIDADE PUBLICA

As repartições públicas, tal qual as empresas privadas, possuem um patrimônio que é diariamente, demandando um acompanhamento diário, registro e controle, para que os administradores públicos avaliem se os objetivos da instituição pela qual são responsáveis estão sendo atingidos. Tais procedimentos permitem ainda que a sociedade possa verificar se os recursos públicos estão sendo diligentemente administrados.

A contabilidade é uma ciência que permite, por meio de suas técnicas, registrar todos os atos e fatos relevantes a esses aspectos, controlando permanente o patrimônio e oferecendo subsídios para a adequada tomada de decisão. A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar os conceitos, Princípios e Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e

Entidades da Administração pública, e, como ramo da contabilidade, oferecer à sociedade, de maneira transparente e acessível, o conhecimento amplo sobre a gestão da coisa pública. (DIANA e ROBISON, 2000 p. 16).

No decorrer da presente obra, serão apresentadas as principais técnicas utilizadas pela Contabilidade Pública no Brasil, as mudanças pelas quais tenha passado na última década e, ainda, a metodologia para interpretar as informações geradas pela Ciência Contábil na administração pública.

2.2.1. Campo de atuação

A Contabilidade Pública, aplica-se às pessoas jurídicas de Direito Público ou seja União, Estados, Municípios, suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, também, excepcionalmente, pelas empresas pública, quando essas fizerem emprego de recursos públicos constantes dos orçamentos anuais.

Pode-se definir a Contabilidade Pública como:

A ciência que se presta a coletar, registrar e controlar os fatos que afetam o patrimônio público (excetuando-se os bens de uso comum, tais como ruas, estradas, parques, praças, entre outros). Nessa relação de aplicação da Contabilidade Pública, destacam-se os atos e fatos de natureza orçamentária, pois deles resulta a maior parte dos demais atos e fatos controlados pela contabilidade governamental. (DIANA e ROBISON, 2000 p. 16).

De acordo com o art. 83 da lei 4.320/64, ALBANEZ, 2001, p. 30, “a Contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos os que, de algum modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados”. Já o art. 85 da citada norma estabelece que os serviços de Contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos

balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. Finalmente, o art. 89 preceitua que a Contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

2.2.2. Regime contábil

O regime contábil público nacional está definido pelo art. 35 da lei n ° 4.320/64, ALBANEZ, 2001, p. 22, que preceitua:

“Art.35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.”

Observa-se que o legislador definiu o regime contábil da contabilidade publica como misto: de competência para as despesas, definido pelo momento do empenho, e de caixa para as receitas, definido pelo momento da arrecadação.

É importante observar, já neste momento, que o regime contábil aplicado no âmbito do governo, é totalmente diferente daquele aplicado na contabilidade comercial, ainda que baseado em principio semelhantes. Assim, independente de qualquer outro fato ou questão de natureza jurídica ou administrativa, a Contabilidade Pública reconhece a receita apenas no momento em que o recurso é repassado ao agente arrecadador do governo (seja ele entidade pública ou privada), registrando a despesa no momento em que ela é empenhada em consonância com as determinações legais. Não há preocupação com a aquisição de direito, consumo de materiais, tradição de bens e outros fatos gerados utilizados para determinar o regime contábil na Contabilidade Comercial.

2.3. CONTROLE

O controle, como instrumento de organização da sociedade civil, é instituído, inicialmente, também para dar solução a mesma contradição entre as faces, pessoa e sujeito de cada indivíduo.

Na medida em que o Sistema Social se aperfeiçoa, o controle passa a ter funções gerenciais, produzindo um aumento da eficiência e eficácia.

Nesse sentido temos o conceito de controle como segue por MEIRELES, 1991, p 566, *“Controle administrativo é toda aquela que o Executivo e os órgãos de administração dos demais poderes exercem sobre suas próprias atividades, visando mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização, pelo que é um controle de legalidade e de mérito”*.

2.3.1. Controle Interno.

Vamos descrever um breve histórico do controle interno na legislação e constituições federais.

O termo controle acompanha a história da civilização.

A palavra controle tem sua origem no francês, pois o *contre-rôle* era um registro efetuado em confronto com o documento original, com a finalidade da verificação da fidedignidade dos dados. Os atos e fatos desenvolvidos na atividade pública contribuíram para que fossem cada vez mais aprimorados os mecanismos de controle, conforme a quantidade e complexidade de operações efetuadas pelo ente público.

O Código de Contabilidade Pública revelou-se um conjunto de mecanismos de controle dos gastos públicos.

Submetido ao princípio da legalidade, o Administrador Público só pode fazer o que está previsto em lei. Entretanto, os gastos públicos, no plano teórico, há muito já vêm sendo controlados, inclusive merecendo trato constitucional.

ALMEIDA, 1984, p. 25, define Controle Interno como: *“o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”*.

COOK E WINKLE, 1979 p. 131, definem o controle interno: *“Como sendo um sistema da empresa, constituído de seu plano de organização, atribuição de deveres e responsabilidades, projetos de contas e relatórios e todas as medidas e métodos empregados”*.

As funções do controle, que podem ser, para proteger seu ativo, aumentar a exatidão e fidedignidade dos dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais, promover e avaliar a eficácia operacional de todos os aspectos das atividades da empresa e comunicar as diretrizes administrativas e estimular e avaliar a observância das mesmas.

Segundo o Instituto de Contadores públicos Certificados –AICPA,

O controle interno pode ser definido como a organização e os métodos utilizados nos negócios com o objetivo de:

- a) Salvar os ativos de prejuízos decorrentes de fraudes ou de erros não intencionais.*
- b) Assegurar a validade e integridade dos dados contábeis que deverão ser utilizados pela gerência para a tomada de decisão.*
- c) Promover a eficiência operacional da empresa dentro das normas preestabelecidas.*

O controle interno divide-se em duas categorias: controle administrativo e controle contábil.

O controle administrativo compreende o plano da organização e os procedimentos e registros relacionados com os processos decisórios.

Este tipo de controle está estreitamente ligado a operacionalidade da entidade ou empresa, quanto às políticas e diretrizes adotadas.

Constitui controle administrativo, entre outros, treinamento de pessoal, controle de qualidade, estudo de tempos e movimento.

O controle contábil consiste de métodos, procedimentos e planos de organização pertinentes, principalmente, à salvaguarda do ativo da empresas e garantia de que as contas e os relatórios financeiros são merecedores de confiança. Constitui controle contábil, entre outros, sistemas de conferências, aprovação e autorização, segregação funções, controle físico sobre ativos e auditoria interna.

O controle interno compreende o controle exercido por cada setor ou serviço sobre as próprias atividades, o controle mantido pela contabilidade sobre as atividades de determinados setores ou serviços e o controle realizado pelo sistema de auditoria interna.

Em nota sobre a teoria do controle interno no Simpósio BID – TCU – IGFs, publicação do Ministério da Fazenda, é mencionado que um sistema de controle interno satisfatório inclui os elementos seguintes:

- a) Um plano de organização que define uma separação apropriada das responsabilidades funcionais.*
- b) Um sistema de organização e procedimentos de registros que estabeleça um controle contábil razoável sobre os bens, obrigações, receitas e custos.*
- d) Procedimentos idôneos para a execução e desempenho dos deveres e funções de cada unidade institucional.*
- e) Um grau de qualificação do pessoal comparado às responsabilidades que se lhe tenha confiado. (Simpósio BID – TCU – IGFs, , 1971, p. 128).*

Nesse mesmo artigo é feita referência sobre a avaliação que deve ser feita dos mecanismos de controle Interno, sendo mencionado que o objetivo dessa

avaliação deve verificar a adequação do sistema de controle interno e a efetividade com que se aplicam os procedimentos, como resultado do qual se podem preparar programas adequados de auditoria e se podem apresentar recomendações apropriadas à entidade e examinada.

2.3.2. Controle Externo

A 1ª Constituição da República Brasileira, de 1824, de alguma forma já tratava da necessidade de controle. As Constituições seguintes: 1891, 1930, 1934, também contiveram disposições consideráveis a respeito da matéria, e a de 1946 clarificou o assunto, na órbita constitucional, pois em seu art. 22 assim dispôs:

“Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada, na União, pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e, nos Estados e Municípios, pela forma que for estabelecida nas Constituições estaduais”.

Os mais diversos conteúdos sobre administração pública nas Constituições encontram-se sob a forma de normatização, relacionando o controle como um mecanismo de vigilância de um Poder, especialmente o Legislativo sobre o Executivo, a título exemplificativo.

A Constituição de 1967 aprimorou a norma geral sobre controle, encontrando-se, nos artigos 16 e 70, estas determinações:

“Art. 16. A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei.”

“Art. 70. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.”

O aprimoramento verificado no texto da Constituição de 1967 é reflexo da Lei Federal nº 4.320-64, que instituiu normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços das esferas de Governo, bipartindo o controle, na Administração Pública, em interno e externo.

PEIXE em sua obra *Finanças Públicas Controladoria Governamental* comenta que:

Não só na esfera municipal mas também em todas as esferas de Governo deve-se dar uma maior transparência à administração pública, pois ela carece de controles eficazes e eficientes. Embora não tenha sido regulamentado o artigo constitucional que dispõe sobre o controle na aplicação de recursos públicos, é de conhecimento público que no âmbito nacional, alguns órgãos da administração direta e indireta já possuem as chamadas CISETs, tanto na esfera Federal quanto na esfera Estadual e alguns Estados já estão implantando órgãos com essa finalidade. A União acaba de criar a Controladoria-Geral com a finalidade de integrar os sistemas de controle e avaliação governamental. (PEIXE, 2002, p. 25)

Assim, existem dois momentos marcantes em termos de controle na Administração Pública: o primeiro, com o Regulamento de Contabilidade Pública, de 1922; o segundo, com a edição da Lei Federal nº 4.320-64.

Por certo, o controle sempre está calcado na Contabilidade.

2.4 . AUDITORIA

A denominação auditoria é antiga, mas não se conhece ao certo sua origem nem a data precisa em que se consagrou, admitindo-se que pudesse ter sido adotada por volta do século XIII. Na Inglaterra, no reinado de Eduardo I.

O termo auditor, no latim, como substantivo, tinha o sentido apenas de significar “aquele que ouve”, ou “ouvinte”.

Inicialmente a auditoria limitou-se à verificação dos registros contábeis, visando observar se eles eram exatos.

A forma primária, portanto, confrontava a escrita com as provas do fato e as correspondentes relações de registro. Com o tempo ampliou-se o campo da auditoria, não obstante muitos ainda a julguem como portadora exclusiva daquele remoto objeto, ou seja, a observação da veracidade e da exatidão dos registros.

O termo auditoria, de origem latina, foi utilizado pelos ingleses para rotular a tecnologia contábil da revisão (auditing), mas hoje tem sentido mais abrangente.

A tendência moderna representa uma evolução relativa que primitivamente se atribuía à auditoria e que se limitava ao campo de simples verificação; o conceito hoje é dinâmico e prossegue em evolução, atribuindo-se à auditoria outras importantes funções, abrangendo todo o organismo da empresa e da sua administração.

Mas, segundo ainda a trajetória dinâmica que se imprimiu à própria doutrina da contabilidade, a técnica da auditoria vai ainda além e passa ao regime da orientação, da interpretação e até da previsão de fatos, segundo evidenciam os melhores estudos sobre o assunto. Além da missão de exame passa também à crítica como consequência das suas interpretações.

Mesmo antes da exploração mercantil do continente Americano, a auditoria já existia. Notícias sobre práticas de técnicas da auditoria a posicionam como originária da Inglaterra. Essa versão, centrada em pesquisa limitada ao processo do continente europeu, não é aceita pela unanimidade dos pesquisadores.

Alguns autores e pesquisadores americanos citam sua existência há mais de 4000 anos, na antiga Babilônia;

Os fins do século XIII, a auditoria era exercida em trabalhos executados por associações profissionais na Europa: os conselhos Londrinos, o tribunal de contas em Paris ou, ainda, o Collegio dei Raxonati e a Academia deo Ragionieri, na Itália;

Em 1314, é criado o cargo de auditor, na Inglaterra. Nos fins do século XV, expedições marítimas em forma de joint ventures financiadas pelos reis, príncipes, empresários e banqueiros de Portugal, da Espanha, França, Inglaterra e Holanda: necessidade de prestação de contas das receitas e dos gastos das expedições às América, Índia e África;

Revolução Industrial em 1756, na Inglaterra, e expansão do capitalismo, proporcionaram grande impulso para a profissão, devido ao surgimento das primeiras fábricas com o uso intensivo de capital, geograficamente fora da jurisdição dos proprietários, com a conseqüente necessidade de delegação de funções e atividades e atribuições de responsabilidades quanto ao uso dos recursos produtivos e comerciais;

No ano de 1880, é criada a Associação dos Contadores Públicos Certificados na Inglaterra

Instituto of. Chartered Accountants in England and Wales; Em 1886, cria-se nos Estados Unidos a Associação dos Contadores Públicos Certificados;

Em 1886, é criado na Holanda o Instituto Holandês de Contabilidade Pública, início do século XX, surgimento das grandes corporações americanas (Ford, DuPont) e rápida expansão do mercado de capitais nos Estados Unidos;

O crash da bolsa em 1929, devido à grande depressão econômica nos Estados Unidos, é criado o Comitê May, um grupo de trabalho instituído com a finalidade de estabelecer regras de auditoria e contabilidade para as empresas que tivessem suas ações negociadas em bolsa de valores, tornando obrigatória a auditoria contábil independente das demonstrações contábeis.

Em 1930 com surgimento do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), que teve importância decisiva para o desenvolvimento das práticas contábeis e de auditoria.

Criação em 1934 da Security and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos, que aumentou a importância da profissão do auditor como guardião da adequacidade e transparência das informações contábeis das organizações e sua divulgação para o mercado de capitais e toda a sociedade. O American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) era o órgão responsável para estabelecer normas contábeis e de auditoria.

De 1938 até 1959, o comitê de procedimentos contábeis do AICPA publicou 51 boletins sobre pesquisas contábeis, sob o título de Accounting Research Bulletins (ARB). A partir de 1959, tais tarefas passaram a ser executadas pela Accounting Principles Board (APB) – junta de Princípios Contábeis- que emitiu mais 31 pronunciamentos até 1973. Financial Accounting Standards Board (FASB) – junta de normas de Contabilidade financeira – criada em 1º de junho de 1973, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis. É composta de sete membros indicados pelo AICPA; é um órgão independente, reconhecido pelo Securities and Exchange Commissions (SEC). Até

dezembro de 1998, a FASB havia emitido 134 pronunciamentos, sob o título de Statements of Financial Accountings Standarts(SFAS).

Em 1947, Declaração de Responsabilidade do Auditor Interno. No Brasil, a evolução da profissão deveu-se à presença cada vez maior de subsidiárias e filiais de multinacionais, principalmente dos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Inglaterra, Suécia, no início e, mais recentemente, da Coréia e Espanha. Fisco e legislação tributária.

Em 1971, criação do Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon), com a fusão de dois institutos até então existentes: o instituto dos contadores Públicos do Brasil (CPB), fundado em 26 de março de 1957, e o Instituto Brasileiro de Auditoria Independente (IBAI), fundado em 2 de janeiro de 1968;

Em 1972, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio de sua resolução nº 321/72, pronunciou-se a respeito dos princípios a serem seguidos sobre os procedimentos do trabalho do auditor, definindo as normas relativas à pessoa do auditor, à execução dos trabalhos e também ao parecer da auditoria. Aspectos éticos, tais como a independência e confidencialidade dos papéis de trabalhos e assuntos relativos aos clientes, também são objeto dessa resolução de 1972.

Em dezembro de 1976. Com a lei no 6404 – lei das sociedades por ações – houve a normatização das práticas e dos relatórios contábeis, o que contribui enormemente com o disciplinamento do mercado de capitais.

Foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lei nº 6385/76, com a responsabilidade de normatizar as normas contábeis e os trabalhos de auditoria das

empresas de capital aberto, além de exercer as funções de fiscalização, semelhantemente à SEC norte-americana;

Em 1985, o Banco Central do Brasil emitiu a resolução nº 1007 – normas gerais de auditoria, com o auxílio do Instituto Brasileiro dos Contadores (Ibracon) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.4.1. Auditoria Interna

De acordo com o Instituto de Auditores de New York, auditoria interna pode ser definida como:

“Atividade de avaliação independente dentro da organização, para a revisão da contabilidade, finanças e outras operações, como base para servir a administração. É o controle administrativo, que mede e avalia a eficiência de todos os controles”.

As funções da auditoria interna são bastantes amplas, não existindo praticamente limites para seu campo de atuação.

O Conselho Federal de Contabilidade, em seu pronunciamento NBC – T – 12, define da seguinte maneira as atividades da auditoria interna:

“A Auditoria Interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivos examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

No entanto, os benefícios e vantagens são inegáveis, devendo os gastos com a auditoria ser encarados com um investimento de grande retorno para a organização,

devido ao caráter de prevenção contra possíveis atos lesivos ao patrimônio e imagem da organização.

O controle interno constitui a ação executiva que envolve todas as atividades da entidade, compreendendo desde plano até a realização dos objetivos.

A níveis de administração pública, o Poder Executivo é responsável pelo estabelecimento de práticas de controle interno adequadas à ação administrativa da respectiva entidade.

Contudo, não é suficiente, por si só, a implantação de um bom sistema de controle interno. Também, faz-se necessário verificar periodicamente se as normas implantadas estão sendo cumpridas ou se essas normas não dependem de alterações para adaptarem-se a situações novas.

Necessário se torna, pois, a implantação da unidade de auditoria interna, responsável pela avaliação do controle interno, com atribuições de acompanhamento da gestão administrativa, financeira e orçamentária, com vistas não só a detectar as possíveis falhas do sistema, mas, também, a dar sugestões para torná-lo mais eficiente.

Assim, constituem objetivos da auditoria interna, verificar se as normas internas estão sendo seguidas e avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

2.4.2. Auditoria Externa

A Auditoria pode ser definida como segue:

“É a técnica contábil que visa obter elementos de convicção que permitam julgar se as Demonstrações Contábeis de uma entidade, bem como os registros contábeis:

- *Foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade; e*
- *Refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período examinado e as demais situações e informações nelas demonstrados e constantes das notas explicativas. (OLIVEIRA e DINIZ 2001, p. 15 e 16)*

Devido á complexidade das atividades empresariais atuais e á evolução da sociedade, é de fundamental importância que o auditor se especialize em determinados segmento, por causa das peculiaridades envolvidas. Citam-se, meramente como exemplos, alguns setores de atividades que exigem conhecimentos especializados, sendo, Instituições financeiras, empresas comerciais, empresas industriais, consórcios, entidades sem finalidades lucrativas, ONGs, organizações não governamentais, condomínios comerciais e residenciais, construtores, hospitais.

Evidentemente, o profissional da auditoria não deve conhecer apenas usam ou poucas dessas atividades especializadas. O ideal é que tenha visão geral de todos os setores, dentro de sua capacidade técnica, e procure conhecer melhor determinado setor de atividade.

O Conselho Federal de Contabilidade, em seu pronunciamento NBC – T-11, define da seguinte maneira essa função:

“A Auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e normas Brasileira de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica”.

2.5. CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No setor Público, a preocupação com o fortalecimento de mecanismos de controle interno vem se constituindo em permanente interesse das autoridades governamentais, verificamos os principais objetivos, como sendo, obter elementos para a formulação de diretrizes de ação administrativa, proporcionar condições de otimização do desempenho das funções de planejamento, programação e execução orçamentária, manter níveis adequados de orientação, coordenação e controle patrimonial e financeiro e contribuir para a eficácia do controle externo.

A Constituição Federal em vigor, no título IV, que trata da organização dos poderes, prescreve na seção da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, em seus artigos 74 e 75, o seguinte:

Os poderes Legislativo, executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas do governo e dos orçamentos da união;

II– comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da união;

IV – apoiar o controle externo na sua missão institucional;

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao tribunal de contas da união, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades perante o tribunal de contas da união.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Distritos Federais, bem como aos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

A Lei Federal N.º 4.320, de 17-03-64, que institui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, já havia se preocupado em disciplinar a forma de controle interno a ser exercido pela administração pública, ao tratar deste assunto no título relacionado ao controle da execução orçamentária que, em seus artigos 75 a 78, dispõe:

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Art. 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Art. 78. Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Art. 79. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75.

Parágrafo único. Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades de medida, previamente estabelecidos para cada atividade.

Art. 80. Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

Também, a Administração Federal, ao instituir o seu plano de reforma administrativa, consubstanciado no Decreto – Lei N.º. 200/67, previa que o controle interno deveria ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:

a) O controle, pela chefia competente, da execução dos programas e das observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;

b) O controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares; e

c) O controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda de bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

No âmbito das administrações estaduais e municipais também devem existir mecanismos que regulam o controle interno a ser exercitado, consubstanciados em legislação específica e regulamentos próprios.

Na administração Pública, a manutenção de um sistema de controle interno adequado deve ser uma preocupação constante do administrador, para obter, em consequência, a necessária tranquilidade para operacionalizar seus planos de governo.

Sendo que na Administração privada pode-se fazer tudo o que a lei não proíbe e na Administração pública só pode fazer o que a Legislação permite.

Um bom sistema de controle interno é de fundamental importância para o êxito da administração, contribuindo, de modo acentuado, para atingir os objetivos de eficácia e economicidade, que devem ser perseguidas pela Administração Pública.

2.5.1. Controle Interno na Administração Pública Federal

O sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno, fazendo uma verificação

contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

De acordo com a Instrução Normativa numero um de 06 de abril de de 2001, a união define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

O sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades:

I avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado ;

III –exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias , bem como dos direitos e haveres da União;

IV- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O Sistema de controle interno do Poder Executivo Federal compreende as atividade de, avaliação do cumprimento das metas prevista no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos Federais , utilizando como instrumento auditoria e a fiscalização.

Integram o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal:

I - a Secretária Federal de controle, como órgão central;

II - órgãos setoriais.

Os órgãos setoriais são aqueles de controle interno que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa da advocacia - geral da União e da casa Civil.

Os órgãos central e setoriais pode subdividir-se em unidades setoriais e regionais, como segmentos funcionais, e espaciais, respectivamente. O órgão de controle interno da casa Civil tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República e da vice - presidência da República, além de outros determinados em legislação específica.

Os órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

Ficou instituída a Comissão de coordenação de controle interno, órgão colegiado de coordenação do Sistema de controle Interno do Poder executivo Federal, com o objetivo de promover a integração homogeneizar entendimentos dos respectivos órgãos e unidades .

Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

I - avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual;

II - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e objetivos estabelecidos e à qualidades do gerenciamento;

III - avaliar a execução dos orçamentos da União;

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres; da União

V - fornecer informação sobre a situação físico - financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;

VI - realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicas e privados;

VII - apurar os atos ou fatos inquinados de legais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais e quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade para as providências cabíveis;

VIII - realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

IX - avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades Administrativa Indireta Federal;

X - elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal;

XI - criar condições para o exercício de controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.

A controladoria geral da União sorteia municípios de todos os Estados brasileiros, para receber fiscalização especial quanto a aplicação de recursos públicos federais. O sorteio faz parte do Programa de fiscalização, com os sorteios públicos, criado pela CGU, com o objetivo de acompanhar a aplicação de recursos

públicos e coibir a corrupção entre gestores públicos de todas esferas da administração.

O ministro Waldir Pires disse:

Que é a partir do controle e da mobilização da sociedade brasileira que se poderá ter uma administração pública eficiente. Isso é possível com o esforço da União no sentido de descentralizar as ações de governo. A união tem que continuar a fazer o esforço de descentralização, mas não pode repetir omissões anteriores. Descentralizar sem controlar é um perigo; além de ineficiente é uma ameaça ao conceito da democracia. (Internet, www.presidencia.gov.br, 09/09/03).

2.5.2. Controle Interno na Administração Pública Municipal

No âmbito municipal, como em qualquer outra área da Administração Pública, o controle interno também deve ser o mais abrangente possível.

Deve atingir, pois, a todos os setores ou serviços pertinentes à administração municipal.

Além disso, deve abranger o controle exercido por cada setor ou serviço sobre as suas próprias atividades, o controle mantido pela contabilidade sobre as atividades de determinados setores ou serviços (Finanças, Receitas, Despesas, Almoxarifado, Patrimônio) e o controle realizado pelo serviço de auditoria interna.

A auditoria interna, quando existente, deve atuar em todos os setores ou serviços pertinentes à Administração Municipal.

Contudo, verificamos que alguns dos setores ou serviços devem merecer especial atenção da auditoria interna sendo, contabilidade, finanças, receita, créditos Orçamentários e Adicionais, despesa, pessoal, bens permanentes, almoxarifado, veículos e máquinas e obras e serviços.

2.6. LEGISLAÇÃO ESPECIFICA

Como legislação específica podemos relacionar a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal, como descrevemos a seguir.

2.6.1. Constituição Federal

A Constituição de 1988 trouxe novas exigências à Administração Pública, inclusive no que se refere ao controle, haja vista estas disposições:

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Há impropriedade terminológica do texto constitucional, tendo em vista a solidificação conceitual e aceitação fática da necessidade de um único sistema de controle interno, em qualquer esfera de Governo, sendo redundante e inadequado falar-se em sistemas ou cada Poder.

Do texto constitucional, o objetivo dos artigos 31 e 70 é fixar de quem será a fiscalização, e não a obrigatoriedade da instituição de um sistema de controle interno, ou seja, a Constituição não determina que a fiscalização seja instituída, e sim que seja realizada: pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

2.6.2. Lei de Responsabilidade Fiscal

Somando-se ao acréscimo, no art. 37, do princípio constitucional da eficiência, por meio da Emenda Constitucional nº 19-98, houve a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, trazendo exigências quanto à Administração Pública Gerencial, com a finalidade do controle de resultados, atingimento de metas, avaliação e controle de custos, entre outras.

Várias correntes doutrinárias buscam explicar o advento da LRF no ordenamento jurídico brasileiro, entre as quais se pode destacar a que motivou a iniciativa do projeto que, em síntese consubstancias-se na criação de um novo ambiente fiscal, não como media temporária, mas, sim, como atitude fiscal continua no País. Verificamos que os princípios básicos da LRF, são o planejamento, mantendo o equilíbrio das contas publicas, evitando déficit imoderados e reiterados, com a conseqüente limitação da dívida publica em nível prudente e compatível com a receita e o patrimônio publico, a preservação do patrimônio publico em margem de segurança para a absorção de efeitos de eventos imprevistos, a adoção de políticas tributaria previsível e estável, e a transparência na elaboração e divulgação dos documentos orçamentários e contábeis, em linguagem simples e objetiva.

Persegue-se um controle que esteja a par das modificações sociais, e que seja concomitante com o processo das ações do Estado, desde a sua formulação até a sua execução, enfatizando os aspectos jurídicos e políticos de sua formulação, e os aspectos técnicos de análise dos resultados e dos efeitos destes resultados. O controle da eficiência é apenas um pequeno contributo para que esse controle em

nível macro, possa realizar-se mas a sua ausência assume grandiosa dimensão, em especial, quando o órgão por ele responsável ainda hesita em implementá-lo e claudica quando os fatos sociais exigem a sua realização

Adentrando-se propriamente no tema, o artigo 59 da LRF determinou que a fiscalização da Gestão Fiscal será realizada pelo Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Afora as novas características da administração pública, as atribuições do Controle Externo e Interno em nada modificaram aquelas já contidas no texto constitucional. Houve, sim, o acréscimo de exigências, na medida em que a fiscalização do cumprimento à LRF estará nas mãos dos Controles.

A criação de controles internos para evitar o abuso de poder, o erro, a fraude e, principalmente, a ineficiência é fundamental para que os Municípios resguarde os seus ativos, assegurem a fidelidade e integridade dos registros, demonstrações, informações e relatórios contábeis; conheçam efetivamente a realidade municipal, estabeleçam e conheçam os seus compromissos com a gestão; orientem e estimulem a organização estrutural e funcional, comunicando as diretrizes administrativas aos setores envolvidos.

Nesse compasso, é necessária a criação de regras para a fiscalização e avaliação, em observância ao que foi traçado pelas normas legais, inclusive a estratégia política do Administrador Municipal.

Sempre pesou sobre o dirigente público a responsabilidade de planejar e deixar transparente a execução de seus planos de ação governamental, cabendo-lhe, nesse mister, resguardar o equilíbrio das contas públicas.

Como isso não vinha acontecendo na prática, a Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, de responsabilidade fiscal, procurou disciplinar a conduta administrativa estabelecendo regras para que os objetivos governamentais possam ser atingidos e difundidos de acordo com os princípios constitucionais vigentes.

Os resultados das chamadas gestão fiscal do ente da Federação (União, Estados e Municípios), expressos nos seus planos, demonstrações e relatórios, possam a ser alvo de ampla transparência, mediante divulgação pelos diferentes meios de acesso público, participação popular, audiências públicas e disponibilidade das contas à consulta do cidadãos e das instituições da sociedade.

A nova lei praticamente coíbe as improvisações na administração pública. As instituições públicas devem reestruturar seus mecanismos de planejamento controle interno, de forma permitir a avaliação dos resultados da gestão governamental e o comprometimento das contas públicas. Em virtude das condições locais, pode haver municípios que sintam dificuldades para implantar a infra-estrutura necessária ao cumprimento da lei, apesar da assistência técnica e da cooperação financeira a serem dispensada pela união e das opções de prazo concedidas aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes.

Na realidade, o plano Plurianual vinha servindo apenas para cumprir a exigências legal, não correspondendo efetivamente às ações que o governo punha ou pretendia pôr em prática. Além disso, não havia uma avaliação criteriosa da viabilidade econômica e social dos planos de governo nem articulação ou condições de observar se a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual eram compatíveis.

A lei de Responsabilidade Fiscal veio reforçar e consolidar as bases do planejamento governamental e, ao mesmo tempo, estabelecer normas no sentido de evitar o desequilíbrio orçamentário e prevenir os riscos e contingências que possam afetar as contas públicas. Exige dos entes públicos de qualquer nível de governo o cumprimento das disposições constitucionais, como a proibição de iniciar investimento com duração superior a um exercício, sem que conste do plano plurianual ou de lei que autorize sua inclusão. Mesmo assim, só admite que incluam novos projetos no orçamento anual ou em créditos após atenderem, adequadamente, os que estiverem em andamento e contemplarem as despesas de conservação do patrimônio público. Como a lei de diretrizes orçamentárias deverá dispor sobre a matéria, o executivo encaminhará ao legislativo, para esse efeito, até a data do envio do projeto de lei, as informações necessárias, que serão objeto de ampla divulgação.

Preocupa-se a lei, substancialmente, com a despesa de pessoal e com o endividamento público, os mais sérios comprometedores das contas públicas.

Define a “despesa total com pessoal”, apurada pela soma da despesa de competência do mês em referência com as onze imediatamente anteriores, e dispõe sobre o tratamento contábil dos contratos de terceirização de mão de obra(art.18).

Fixa os limites globais dos gastos com pessoal, calculados pela incidência da despesa total sobre a receita corrente líquida, distribuído entre os poderes e o Ministério Público e os critérios de redistribuição entre órgãos dos poderes legislativo e judiciário, cujo cumprimento será verificado em cada quadrimestre.

A fiscalização da gestão fiscal, de competência do Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, do sistema de controle interno de cada Poder e do

Ministério Público, deverá concentrar-se, principalmente, no atingimento das metas, cumprimento de limites e condições para operações de crédito, inscrição em restos a pagar, despesa total com pessoal, medidas para recomposição ou recondução dos excedentes aos respectivos limites, origem e destinação dos recursos da alienação de ativos. O Tribunal de Contas deverá alertar os poderes ou órgãos sobre determinadas situações que implicam ou podem implicar o descumprimento da Lei. As relações do Banco Central com entes da federação serão acompanhadas pelo Tribunal de Contas da União.

2.6.3. Constituição Estadual e Tribunal de Contas

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções, e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O controle externo, o cargo da Assembléia Legislativa, será exercido como auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas

daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ou erário público;

III – apreciar, para fins de registro a legalidade dos atos de admissão de pessoa, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, executadas as nomeações para o cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciária e demais entidade referidas no inciso II;

V – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

VI – homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembléia Legislativa;

VII – prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil e financeira, orçamentária e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidades de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ou erário;

IX – assinar prazo de até 30 dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa.

XI – representar o Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - no caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembléia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - se a Assembléia Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - o Tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, e desse todos os parlamentos terão conhecimento.

§ 5º - no caso de aposentadoria, o ato referido no inc. III deste artigo somente produzirá efeito após o seu registro pelo Tribunal de Contas, que o apreciará no prazo máximo de sessenta dias.

A comissão permanente de fiscalização da Assembléia Legislativa, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não

programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - não prestados os esclarecimentos, ou considerados esses insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, a Comissão, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Assembléia sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já feito.

O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital de Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.

§ 1º - Os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados nos incisos anteriores.

§ 2º - Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I – dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto

ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II – cinco pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes no art. 35 desta Constituição.

§ 4º - Os auditores do Tribunal de Contas, em número de sete, quando em substituição aos conselheiros, terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

§ 5º - Os controladores do Tribunal de Contas do Estado, em número de sete, terão suas atribuições definidas em lei de iniciativa da Assembléia Legislativa do Paraná, com as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos auditores.

§ 6º - O Tribunal de Contas, quando do encerramento do exercício financeiro, prestará contas da execução orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do estado;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - qualquer cidadão, partido político, associado ou entidade sindical é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa consiste em revisão de literatura abordando os principais temas relacionados com o Controle Interno provendo assim de elementos suficientes para subsidiar a implantação do Controle Interno na Prefeitura Municipal de Quitandinha, o órgão de controle interno ficaria diretamente ligado ao gabinete do prefeito reportando-se a ele, seus pareceres e decisões conforme atribuições constantes do projeto de lei de implantação a ser aprovado pela Câmara Municipal, anexo ao trabalho.

Os objetivos serão abordados pela técnica da pesquisa bibliográfica, visando prover de mecanismos adequados e simplificados os controle de gestão orçamentária, financeira dos Órgãos da Administração Pública Municipal a fim de evitar erros na prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A implantação visa assegurar que os atos da Administração estejam de acordo com a legitimidade e economicidade; verificar se os relatórios da LRF são publicados regularmente; verificar o cumprimento do limites legais com Educação, Saúde, Gastos com Pessoal e aplicação dos recursos do Fundef e assegurar que os atos legais estão sendo publicados regularmente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO – ESTUDO DE CASO

Abordaremos os seguintes itens neste capítulo, Lei Orgânica Municipal, o Município de Quitandinha breve histórico e a proposta de Implantação do Controle Interno na Administração Pública.

4.1. LEI ORGANICA MUNICIPAL

A lei orgânica, em seu capítulo I da Organização Político Administrativa, art. 1º – O Município de Quitandinha, parte integrante do território do Estado do Paraná, é dotado de personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual. Art. 2º - É mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio; § único – A incorporação, a fusão e o desmembramento de partes do Município para integrar ou criar outros Municípios, obedecerá aos requisitos previstos na Constituição Federal, Constituição Estadual e Legislação própria.

Art. 3º - São Símbolos do município de Quitandinha além dos nacionais e estaduais, o brasão, a bandeira e o hino, estabelecidos por lei municipal aprovado por maioria absoluta da Câmara Municipal.

Art 4º - São Órgãos do Governo Municipal:

I – O poder Legislativo, exercício pela Câmara de Vereadores

II – O poder Executivo, exercido pelo Prefeito Municipal.

No capítulo IV da citada lei no item que trata da Administração Pública Municipal, podemos verificar em seu Art. 16 – A administração pública municipal

direta ou indireta, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade em todos dos atos administrativos.

Em seu capítulo II onde trata da fiscalização contábil, Financeira e Orçamentária podemos verificar em seu Art. 51 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto a ilegalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes.

§ Único – Prestara contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utiliza, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos municipais, ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste assumam obrigações de natureza pecuniária. Art. 52 – O controle externo será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do estado, e compreenderá: I – apreciação das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Comissão Executiva da Câmara Municipal; II – o acompanhamento das aplicações financeiras e da execução orçamentária do Município. Art. 53 A prestação de contas de recursos recebidos do Governo Federal e do Governo Estadual será feita, respectivamente, ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo da prestação de contas à Câmara Municipal. Art. 54 – O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais do Prefeito, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal. Art. 55 – A comissão permanente de fiscalização da Câmara Municipal, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de

investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar ao Prefeito que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários. § 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados esses insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria. § 2º - Entendendo o Tribunal de contas que é irregular a despesa, a Comissão, se o julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara Municipal sua sustação, ou o reembolso, se já feito.

Contudo ainda podemos verificar que a Lei orgânica municipal não contempla itens diretamente relacionados especificamente com o Controle Interno, sendo assim a necessidade de Emendas uma vez decidindo-se pela implantação do controle interno.

4.2 MUNICIPIO DE QUITANDINHA

Quitandinha situa-se na região sudeste do estado do Paraná, sendo município integrante da Região Metropolitana de Curitiba desde 1995, totalizando vinte e três municípios.

Quitandinha guarda estreita relação, no âmbito regional, com Curitiba e Rio Negro, cidades das quais depende, sobretudo no que diz respeito a comércio e serviços especializados.

Porém, Quitandinha possui algumas atividades econômicas que lhe permitem a geração de recursos, particularmente a partir de seus principais produtos agrícolas: fumo, batata, feijão. O município integra região predominantemente agrícola. Seu índice de crescimento atual é negativo, entretanto, a administração

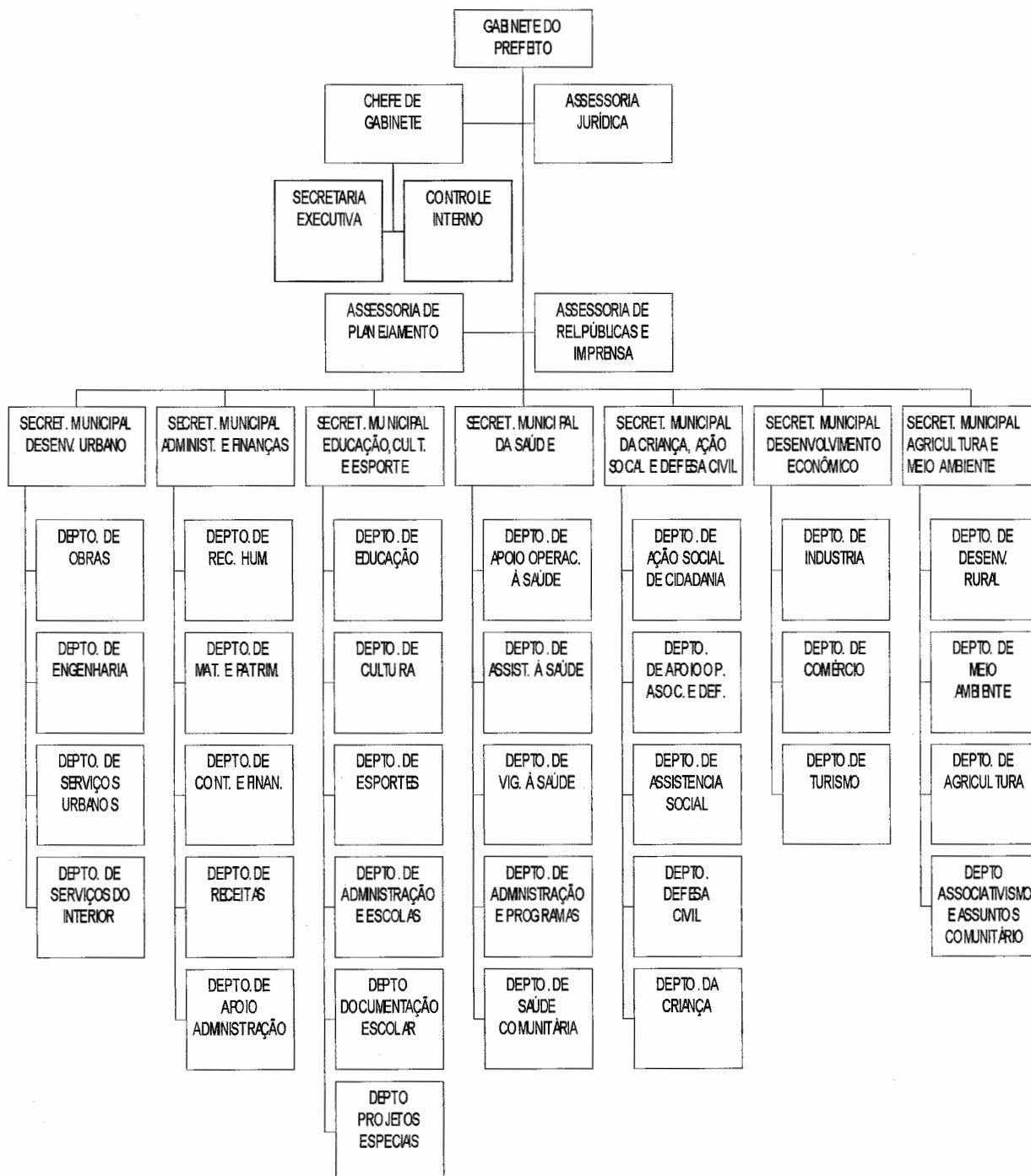
municipal vem buscando novas frentes de desenvolvimento econômico e de inserção regional do Município.

4.2.1. Estrutura Organizacional

Podemos verificar a estrutura Administrativa do Município de Quitandinha já adaptada para a provável implantação do Controle, provido com a pasta de Controle Interno vinculado ao Chefe do Gabinete do Prefeito, não sofrendo assim interferência direta pelas secretarias.

ORGANOGRAMA

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA - PR



4.3. PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A proposta de Implantação de Controle Interno no Município de Quitandinha, como podemos observar a estrutura Administrativa Ajustada seria um órgão diretamente ligado ao Chefe do Gabinete do Prefeito, a implantação inicialmente seria na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Contabilidade e Finanças, sendo apontados como ponto de Controle a Administração no ato de publicações de Leis, Decretos e Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, verificando mensalmente ou sempre que solicitado pelo Gabinete do Prefeito com emissão de relatórios podendo estes, serem usados como instrumentos de gestão para tomada de decisões na Administração municipal.

4.3.1 Roteiro da Proposta de Implantação

O Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, seriam ainda atribuições Controle Interno, avaliar, no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município, viabilizar o atingimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, quanto à eficácia, a eficiência e a efetividade da gestão nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de

direito privado, estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, comprovar a legitimidade dos atos de gestão, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em Restos a Pagar, supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000, tomar as providências indicadas pelo Poder Executivo, conforme o disposto no art. 31 da LC 101/2000, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, efetuar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da LC nº 101/2000, realizar o controle sobre o cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais, nos termos da Constituição Federal e da LC nº 101/2000, informando-o sobre a necessidade de providências e, em caso de não-atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado.

O pré-projeto de lei anexo a monografia, seria transformado em Projeto de Lei no Executivo numerado e encaminhado a Câmara Municipal, o mesmo seria recebido apresentado e encaminhado as comissões competentes para emissão de parecer sendo estes favoráveis o mesmo seria apresentado em plenário para votação em três turnos, uma vez aprovado o mesmo seria encaminhado ao executivo municipal para sanção e posteriormente publicação no órgão oficial do município, apartir deste momento o Sistema de Controle Interna estaria implantado

na Prefeitura Municipal de Quitandinha necessitando somente de regulamentação por decretos, e portaria de nomeação dos membros do Sistema.

5. CONCLUSÃO

O momento atual, marcado pela escassez de recursos e por uma cobrança cada vez maior da sociedade, reflete nos administradores públicos elevada preocupação no que se refere à existência de maior controle nas entidades que lhe cabem administrar. O processo de controle interno deve, preferencialmente, ter caráter preventivo, ser exercido permanentemente e estar voltado para a correção de eventuais desvios em relação aos parâmetros estabelecidos, como instrumento auxiliar de gestão.

O controle interno deverá verificar a legalidade dos atos e do cumprimento do programa de trabalho, e também, da legitimidade, efetividade, economicidade, eficiência e eficácia na administração pública. Esta nova abordagem exigirá a instrumentalização de controles e uma outra dinâmica nos serviços públicos, culminando com uma nova postura e qualificação dos servidores, que passarão a atuar numa estrutura organizada, com atribuições e responsabilidades claramente definidas.

O controle externo exercido pelo Poder Legislativo câmara de Vereadores e Tribunal de Contas, de cada esfera do governo possui limitações para o exercício da fiscalização ou seja a fiscalização é muito superficial e seria impossível a eles, fiscalizar tudo, para suprir esta limitação, as entidades objeto de fiscalização governamental estão sendo instrumentalizadas com sistemas de controles internos que, além de subsidiar o controle externo objetiva assegurar a existência de um controle na extensão proposta pela legislação, sendo exercido de forma preventiva.

Além de salvaguardar os bens e recursos públicos, o controle interno deve avaliar e promover a eficiência operacional, ou seja, garantir que os recursos sejam empregados eficientemente nas operações cotidianas, como forma de se obter a economicidade.

Para tal é necessário que existam políticas administrativas claramente definidas e que estas sejam cumpridas, assim como, que os sistemas de informações, traduzidos em informações contábeis, operacionais e gerenciais sejam eficientes e confiáveis, sendo estes aspectos igualmente objeto do controle interno, além, obviamente, do fiel cumprimento à legislação.

A área de contabilidade, por deter o registro de todos os bens, das receitas, dos investimentos e das despesas da entidade pública, assume um papel de destaque no contexto do controle interno, sendo ainda, em muitos órgãos públicos de pequeno porte como os municípios de nossa região a unidade que coordena as atividades de controle interno e que canaliza a remessa de informações para os órgãos externos de controle, como Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas, Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Saúde.

Na administração Pública, a manutenção de um sistema de controle interno adequado deve ser uma preocupação constante do administrador, para obter, em consequência, a necessária tranquilidade para administrar.

No âmbito municipal, como em qualquer outra área da Administração Pública, o controle interno também deve ser o mais abrangente possível, deve atingir, pois, a todos os setores ou serviços pertinentes à administração municipal.

Em resumo, o Controle Interno funciona como forma de ajudar a administração a fazer as coisas certas, sendo que a idéia seria quanto mais pessoas estiverem fiscalizando menor será o numero de erros cometidos, e estas pessoas componentes do Sistema de Controle interno que pode ser uma Secretaria um departamento uma comissão de acordo com o tamanho e estrutura do município, com obrigações e responsabilidades a cumprir, com certeza muitos erros poderiam ser evitados e diminuir o numero de prestações de contas que recebem o parecer prévio pela desaprovação pelos Tribunais de Contas.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANEZ, Oswaldo. **A Lei 4320**, São Paulo, Editora Ibrap – 2000.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria – Um Curso Moderno e Completo**, Editora Saraiva, 1º edição, 1984

CGU Noticias, presidencia.gov.br. **09/09/2003**, <http://www.presidencia.gov.br/cgu/noticias/2003/noticia05903.htm>

CHÔA, Fábio. José Renato. **ABC do Direito Municipal**. Editora FORENSE – 1º Edição – 1984, Rio de Janeiro

COOK, John W. e WINKLE Gary M. **Auditoria: Filosofia e Técnica**, Editora Saraiva, 1º edição, 1979, fls. 131.

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

CRUZ, Flavio da, **Auditoria Governamental**, São Paulo: Atlas, 1997.

DIEZ, Carmem Lúcia Fornari, HORN, Geraldo Balduino. **A Construção do Texto Acadêmico**, Editora dos Autores – 2002.

LIMA, Diana Vaz de, CASTRO, Gonçalves de. **Contabilidade Publica**, São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro** 16ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, 1991, São Paulo

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto, **Controles Internos Nas Organizações**, São Paulo: Edicta, 2002.

PEIXE, Blênio César Severo, **Finanças Públicas: Controladoria Governamental Em busca do Atendimento da Lei de Responsabilidade fiscal**, Curitiba: Juruá, 2002

- RAMOS, Dora Maria de Oliveira. **Terceirização na Administração Pública**, São Paulo: LTr, 2001.
- ROSSI, Sérgio Ciquera. TOLEDO, Flávio C. de. **A Lei de Responsabilidade Fiscal**, São Paulo: Editora NDJ – 2001.
- SAFFI, Aurélio. **O Poder Legislativo Municipal**. Editora EDIPRO - 1º Edição - 1994
- SABATOYSKI, Emílio; FONTOURA, Iara P; FOLMAM, Melissa. **Constituição do Estado do Paraná**., Editora JURUA
- SILVA, Lino Martins da, **CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: Um Enfoque Administrativo**, São Paulo, Atlas, 2000.
- Simpósio BID – TCU – IGFs. **Auditoria Financeira e Operativa de Projetos de Desenvolvimento**. publicação do Ministério da Fazenda, 1971.
- Sistema de Planejamento e Controle Interno. **Instrução Normativa 01/2001**. Do Sistema de Controle Interno do poder Executivo Federal.

7. ANEXOS

ANEXO I – Dados do Município De Quitandinha

Município: QUITANDINHA

1. HISTÓRICO

A necessidade de uma via de comunicação terrestre entre a província de São Pedro no Rio Grande do Sul e a província de São Paulo fez com que Cristóvão de Abreu, no ano de 1.730, empreendesse a difícil tarefa de abrir uma picada na encosta ocidental da Serra do Mar que, partindo de Curitiba e passando por São José dos Pinhais, fosse atingir a zona de criação de gado no Rio Grande do Sul.

O Município de Quitandinha está localizado entre dois caminhos e, sem dúvida, os seus primeiros povoados provieram da região da Lapa, cidade ou núcleo populacional mais próximo, tanto via terrestre como via fluvial pelo Rio da Várzea. Sabe-se que a Câmara Municipal de Vila Príncipe solicitou a abertura de um caminho que ligasse aquele povoado à região de Areia Branca. Em 1889 Serafim Ferreira de Oliveira e Silva, comprou a fazenda Sant' Ana do Herval e ali fundou um engenho de beneficiamento de erva-mate.

"Areia Branca" é o florescente e pitoresco distrito policial do Município da Lapa, cujas terras são de maravilhosa fertilidade, ricas dos melhores hervaes de grandes rendimentos e de excelente qualidade. Em 1910, instalou-se a Serraria Bom Jesus movia a força hidráulica no Arroio do Turvo que produzia 12 dúzias de tábuas diariamente. Com a chegada dos pioneiros, se situaram em pequenas propriedades iniciando sua exploração agrícola no final do século passado, que no início tiveram como fonte de renda a exploração extrativas de madeiras e erva-mate e após a agricultura com as culturas de milho e feijão.

Em 14 de novembro de 1951, através da Lei Estadual nº 790/51, foi criado ou elevado à categoria de Distrito de Areia Branca, pertencia ao Município de Contenda - PR.

Em 13 de junho de 1961, de acordo com a Lei Estadual nº 37/61, ascendeu aos foros de Município, recebendo então o nome de QUITANDINHA.

Em 14/06/61 (4º feira) foi publicado no Diário Oficial do Estado nº 81, ano XI - em Atos do Poder Legislativo, a Lei Estadual nº 37/61 de 13/06/61.

Em 05 de novembro de 1961, deu-se a instalação Municipal.

O padroeiro de Quitandinha é N. Senhor Bom Jesus da Cana Verde, comemorado no dia 06 de agosto de cada ano.

2. LOCALIZAÇÃO

2.1 - Distância da Capital: 42 quilômetros.

2.2 - Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMEC/COMEC.

2.3 - Municípios confrontantes: Mandirituba, Campo do Tenente, Lapa, Agudos do Sul e Piên.

2.4 - Limites e linhas divisórias: ao **Norte**, com os municípios de Lapa e Contenda, tendo como linhas divisórias o Rio da Várzea e o Rio do Poço; a **Leste**, com os municípios de Mandirituba e Agudos do Sul, com linhas divisórias os Rios: Caí, da Várzea e Três Barras; a **Oeste**, com o município de Campo do Tenente, com linha divisória o Ribeirão Vermelho; ao **Sul**, com o município de Piên, com linha divisória, a Serra do Doce Grande e Paredão ou Serra do Campo Novo.

2.5 - Código do Município no IBGE: 2120-8

2.6 - Código Eleitoral do Município: 78.018 - Comarca de Rio Negro.

3. SITUAÇÃO FÍSICA

Superfície (área): 452,223 Km²

Altitude: 850 m

Latitude: 25° 51' 30" - Sul

Longitude: 49°30'00" W-GR

4. POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 – Censo demográfico 2000 – IBGE

População total: 15.267

Longevidade: 61.95 anos

4.2 - Números de Eleitores : 11.008

4.3 - Sedes Distritais: Lagoa Verde, Doce Grande e Areia Branca ,

4.4 - Taxa anual de crescimento:

Urbana: 3,44 %

Rural: - 1,41 %

4.5 - Veículos emplacados : 2.116

5. O MUNICÍPIO NO ESPAÇO REGIONAL

Quitandinha situa-se na região sudeste do estado do Paraná, sendo município integrante da Região Metropolitana de Curitiba desde 1995, totalizando vinte e três municípios.

Quitandinha guarda estreita relação, no âmbito regional, com Curitiba e Rio Negro, cidades das quais depende, sobretudo no que diz respeito a comércio e serviços especializados.

Porém, Quitandinha possui algumas atividades econômicas que lhe permitem a geração de recursos, particularmente a partir de seus principais produtos agrícolas: fumo, batata, feijão. O município integra região predominantemente agrícola. Seu índice de crescimento atual é negativo, entretanto, a administração municipal vem buscando novas frentes de desenvolvimento econômico e de inserção regional do Município.

6. ASPECTOS ECONÔMICOS

* Participação no PIB Municipal :

Agropecuária: 38% Industrias: 2% Serviços: 60%

* Produto Interno Bruto (PIB) : US\$ 13.337.924,35 (treze milhões trezentos e trinta e sete mil novecentos e vinte e quatro dólares e trinta e cinco centavos).

* PIB per capita: US\$ 932,66 (novecentos e trinta e dois dólares e sessenta e seis centavos)

* População Economicamente Ativa: 9.179 habitantes

* Principais Produtos Agrosilvopastoris:

Batata Salsa

Batata das Águas (Comum)

Aves de Corte

* Industrias Dominantes

Produtos minerais não metálicos

Madeira

Produtos Alimentares

* Distribuição das atividades Econômicas

SETOR	Nº Total de estabelecimentos No Município	Participação % em relação à associação
INDUSTRIA (pequeno porte)	12	0,00
COMERCIO VAREJISTA	140	0,00
COMERCIO ATACADISTA	24	0,01
SERVIÇOS	65	0,00
NUMERO DE CONTRIBUINTES		
ISS: 142		
IPTU : 1.080		

7. CLIMA

Segundo classificação climática de Wladimir Koeppen o clima é Subtropical Úmido Mesotérmico. O clima do município (e região) tem verões frescos, e invernos com ocorrências de geadas severas e freqüentes, chove regularmente durante todo o ano, não apresentando estação seca.

A média das temperaturas dos meses mais quentes é inferior a 22 graus centígrados e a dos meses frios é inferior a 18 graus centígrados.

No distrito de Lagoa Verde há uma Estação Pluviométrica, localizada a uma altitude de 820 metros.

8. VEGETAÇÃO

No que diz respeito à vegetação da região, pode-se dizer que a mesma está incluída na zona da mata devastada do planalto, caracterizada por terras trabalhadas periodicamente ou, em alguns casos, cultivadas como lavouras.

Entretanto, as áreas correspondentes aos fundos de vales e faixas de drenagem do Rio da Várzea e afluentes, apresentam vegetação ciliar considerável.

O mato secundário substitui a mata pluvial hoje devastada que era primitivamente exuberante.

No município há atividade de reflorestamento, particularmente de *eucalyptus* e *pinus* e, em menor escala, de araucária.

COBERTURA FLORESTAL

ANO	Área (ha)	%
ÁREA DO MUNICÍPIO	45.220	100
COBERTURA FLORESTAL	18.525	41
REFLORESTAMENTO	1.841	4
OUTRAS ÁREAS	26.695	59

9. VENTOS

Com relação aos ventos, predominam os da direção leste/nordeste, sendo mais freqüentes os provenientes do leste, ventos do mar.

10. RELEVO

A região que abriga o município situa-se dentro do domínio morfológico regional denominado por Maak (1968) como Primeiro Planalto Paranaense.

As características geomorfológicas da região de Quitandinha revelam duas unidades bem definidas.

A primeira unidade é formada pelas escarpas que se estendem a oeste do município.

A segunda está diretamente ligada à geologia e ao recorte do terreno pela rede hidrográfica. Nesta, o relevo caracteriza-se pela forma ondulada, com a formação de interflúvios longos e talwegues com tendência ao entalhamento, apresentando moderada declividade às cabeceiras, onde ocorrem formações de vertentes. Destacam-se as várzeas de alguns grandes rios tais como o da Várzea e o do Turvo. Nelas o relevo é plano e o substrato é formado por aluviões traçados pelo próprios rios e os solos são predominantemente hidromórficos. A paisagem é marcada por colinas arredondadas. A drenagem caracteriza-se por um padrão meandrante, com vales em geral pouco profundos, repletos de materiais aluvionares. Quanto aos solos a região apresenta terrenos rochosos de embasamento cristalino e sedimentos aluviais nos vales dos rios. Os solos da região são argilo-siltosos, amarelos e marrons, aparecendo também solos siltosos de coloração rósea a marrom.

11. HIDROGRAFIA

O município de Quitandinha está situado dentro da Bacia do Iguaçu, sub-bacia do Alto Iguaçu. A bacia hidrográfica que banha o município é bastante densa e ramificada.

Bacia hidrográfica intensa, sendo o município cortado pelo Rio da Várzea que tem um grande número de afluentes.

Além do principal rio do município, que é o Rio da Várzea, considera-se também como importantes os seguintes: Rio do Poço, Rio Caí, Ribeirão Vermelho, Rio Doce Grande, Rio Lambari, Rio Campina, Rio Três Barras e Arroio do Turvo.

O principal rio que corta o município é o Rio da Várzea que, por sua vez, tem um grande número de afluentes.

Em seu curso, o Rio da Várzea contorna também a sede urbana do município, constituindo-se em seu limite natural. Por outro lado, algumas áreas urbanizadas sofrem o impacto das cheias deste rio, atingindo, sobretudo, os arredores da Rua Olívio Kemp.

Outros rios importantes banham o município, como por exemplo os rios Praia Grande, Areia Branca, Anta Magra, Pangaré, Pangarézinho e Água Clara.

12. GEOLOGIA DO MUNICÍPIO

Quanto à estrutura geológica o Município de Quitandinha esta posicionada no segundo planalto, é predominantemente constituído por unidades sedimentares da Bacia do Paraná, mais precisamente por rochas do Grupo Itararé e por diabásios da formação serra geral.

O Grupo Itararé compreende uma seqüência sedimentar de idade Permo-Carbonífera (de 280 a 320 milhões de anos), cujos depósitos são caracterizados principalmente por dianectitos, refletindo influencias glaciais nos seus diferentes ambientes deposicionais.

Como ultimo evento significativo da Bacia do Paraná, em termos jurocretácios houve um intenso magnetismo básico, originando estruturas em forma de diques, soleras e derrames de diabásio e basalto, constituindo em seu conjunto a Formação Serra Geral

13. SOLOS

Compreende o solo denominado Latossolo Vermelho-Amarelo, caracterizados como solos minerais, profundos de textura argilosa, coloração vermelho-amarelado, porosos, bem drenados. São solos que apresentam baixo conteúdo de minerais primários. São ácidos, com baixa saturação de bases e com elevada saturação com alumínio, indicando sua baixa fertilidade natural. Ocorrem em áreas onde o relevo varia de suave ondulado a forte ondulado, com altitudes máxima de 200 metros.

14. PRODUÇÃO

Trata-se de um município essencialmente agrícola, produz: milho, feijão, batata, cebola, fumo, batata-doce, batata-salça, aipim (mandioca), frutas e verduras em geral.

15. PRODUÇÃO EXTRATIVA

Madeira de lei, lenha, carvão-vegetal, areia, pedra-brita, argila e mel-de-abelha. Há indícios de minérios de alto valor na localidade (Distrito) de Doce Grande.

16. PRODUÇÃO ANIMAL

Na produção destacam-se em pequena escala: cavalos, bovinos, caprinos, suínos, ovelhas, sendo melhor desenvolvida a criação de frangos (granjas integradas a grandes abatedouros).

17. ÁREA INDUSTRIAL

1 - Esta sendo implantado o Parque Industrial de Quitandinha pela atual administração, Charles Lipinski. A área está localizada as margens da Rodovia Federal BR 116, entre os Km 157 e 158, lado esquerdo no sentido Quitandinha - Curitiba a 42 Km do Município de Curitiba, na localidade de Campina dos Pretos a 5 Km do centro da Cidade de Quitandinha.

- a) Criado pela Lei Municipal nº 380/97 de 16/04/97
- b) Área 391.548,00 m² (1ª etapa de desapropriação)
- c) Distante 35 metros do eixo da BR-116 (Rodovia Federal)

2 - O município não possui nenhuma empresa ou grupo industrial, portanto, as pequenas indústrias existentes são pouco desenvolvidas, contando apenas com: serrarias, padarias, serralherias, vidraçarias, sapatarias, selarias, moinhos de cereais, ferrarias, marcenarias, fábricas de móveis (pequenas), oficinas mecânicas, eletrônicas e outras de fundo de quintal.

A área está localizada a 42 quilômetros da divisa com Curitiba e no corredor do Mercosul pela BR-116; acreditamos que a industrialização será o grande fator de desenvolvimento de Quitandinha, por estar próximo de tudo, porto (Porto de Paranaguá à 163 KM), aeroporto (Aeroporto Afonso Pena à 51 KM), centros de consumo, entre outros que engrandecem o desenvolvimento das indústrias e empresas do Município.

3 - INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL:

- 3.01 - Rede de Energia Elétrica - COPEL
- 3.02 - Rede de água tratada - SANEPAR
- 3.03 - Rede de telefonia - TELEPAR
- 3.04 - Escritório local da EMATER
- 3.05 - Agência do Banco Itaú
- 3.06 - Cooperativa de Crédito - Banco Sicredi
- 3.07 - Agência dos Correios
 - 3.08 - Cooperativa Agrícola
 - 3.09 - Hospital com ambulâncias do município
 - 3.10 - Centro Municipal de Saúde com ambulâncias
 - 3.11 - Postos Municipais de Saúde em 85% das localidades do município.
 - 3.12 - Colégio Estadual (1º e 2º Graus)
 - 3.13 - Destacamento da Polícia Militar do Paraná
 - 3.14 - Delegacia da Polícia Civil (equipada)
 - 3.15 - Centro de Treinamento de Quitandinha –

4 - ESTRADAS:

A área industrial será servida pela rodovia federal BR 116, a qual liga Curitiba a Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com localização geográfica bem situada em relação ao Mercosul.

O município conta ainda com a rodovia estadual - PR, que liga Quitandinha a Contenda, Araucária e à Rodovia do Xisto, com fácil acesso via Cascavel à Foz do Iguaçu.

5 - TRANSPORTE COLETIVO:

O Parque Industrial de Quitandinha será bem servido por diversas linhas de ônibus interestaduais e intermunicipais e por ônibus particulares de empresas do município, bem como, da própria Prefeitura Municipal.

18. ECOLOGIA

Aprovado por lei-municipal, constando na Lei Orgânica do Município de Quitandinha, a criação do Parque Ecológico, localizado às margens do Rio da Várzea com a BR 116 e com o perímetro urbano da sede de Quitandinha.

19. INCENTIVO MUNICIPAL À INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA

- a) Doação de terreno;
- b) Isenção total ou parcial dos tributos municipais;
- c) Físicos - execução de terraplanagem e outros;
- d) Infra-estrutura - rede de água, luz e telefone até a área do Parque Industrial (obra);
- e) Outros, os quais, deverão ser analisados e discutidos com a equipe da administração.

20. SINDICATOS

Sindicatos existentes em Quitandinha:

- 1 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- 2 - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.
- 3 - Sindicato Patronal Rural de Quitandinha

21. CASAS POPULARES

Está no Programa de Governo do atual Prefeito a construção de casas populares nas proximidades do Parque Industrial, na localidade de Campina dos Pretos e na sede do município, a fim de atender à demanda dos futuros empregados das empresas que irão se instalar (área em estudos).

24. EDUCAÇÃO

- 1 - Na sede do município, precisamente na Rua dos Expedicionários, 364, centro, localizam-se:

1.1 - O Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade (1º e 2º graus), com os cursos de 5ª a 8ª séries do 1º grau e cursos: Básico em Administração de Empresas e Educação Geral, todos do 2º grau.

1.2 - Escola Municipal Padre Antônio, curso de 1ª a 4ª séries do 1º grau e cursos supletivos (PAC), também do 1º grau.

1.3 - Creches e Pré-Escolas.

2 - Existe 12 unidades escolares na zona rural

NUMERO DE ALUNOS

Pré-Escola	361
Ensino Fundamental –1º Grau Regular	2.807
Ensino Médio - 2º Grau Regular	676
Total	3.844

25. FATORES POLÍTICOS

A estrutura política municipal atua basicamente voltada para a Educação, Saúde, Bem Estar Social, conservação e melhoria de estradas e o desenvolvimento geral do município, através de lideranças representativas, organizadas e participantes, a qual é liderada pelo Prefeito Municipal junto ao Governo do Estado, Secretários de Estado e aos Deputados Federal e Estadual.

26. FATORES BIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS

O Município de Quitandinha é essencialmente agrícola, sendo os níveis educacional e de saúde dos produtores rurais, os seguintes:

Os produtores possuem um baixo nível educacional, em contrapartida, seus filhos tem fácil acesso às escolas de 2º grau e até a nível superior, o que proporciona a curto prazo melhores condições de vida para a família rural, qualificando-os para exercerem novas funções e também com esse nível maior de instrução permite que os agricultores assimilem melhor as novas tecnologias.

- Quanto ao nível de saúde é satisfatório no meio rural. Todas as localidades do município possuem Postos de Saúde, com médicos, dentistas, medicamentos e ambulâncias para atendimento aos produtores e trabalhadores rurais.

27. COMÉRCIO

O comércio é regularmente desenvolvido, com mercados, farmácias, lojas de tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinhos, secos e molhados, materiais de construção, postos de combustíveis, borracharias, comércio de cereais produzidos no próprio município, bares, restaurantes, lanchonetes, bancas, livrarias, gráficas, imobiliárias, salões de beleza e outros.

28. MÃO-DE-OBRA

Em Quitandinha não haverá dificuldade de mão-de-obra, masculina ou feminina, em virtude na inexistência de empregos no município. Existem alunos formados em cursos de 2º grau e até em nível superior desempregados, sendo que muitos estão procurando vagas em outros centros maiores.

29. CONCLUSÃO

A maior preocupação da atual administração é ter condições de aceitar e atender todas as exigências das empresas, pois para o Prefeito CHARLES LIPINSKI será grande o desafio poder acatar essas exigências, visando a geração de empregos e as novas perspectivas que virão com as instalações de indústrias, as quais compensarão no futuro os investimentos que o município tiver no início desse processo de transformação econômica.

30. PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Quitandinha
Rua José de Sá Ribas, 238 - Centro

CEP: 83.840-000 - Quitandinha - PR

CNPJ sob nº: 76.002.674/0001-97

31. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Endereço : **Câmara Municipal de Quitandinha**

Avenida Fernandes de Andrade, 330

Telefone/Fax : (041) 623 - 1443

CEP: 83.840-000 - Quitandinha - PR

COMPOSIÇÃO EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2003/2004

Presidente: Pedro Gilson Ribas

Vice-Presidente: João Eduardo Negrelli

1º Secretário: Valfrido Eduardo Prado

2º Secretário: José Vosniak Ribeiro

I – VEREADORES

Antonio de Jesus Nenemann

João Acir Alves dos Santos

Osmar Cardoso Rolim

Antonio Loir Esconiscki

Francisco Pinheiro Lemos

João Eduardo Negrelli

José Vosniaki Ribeiro

Pedro Gilson Ribas

Valfrido Eduardo Prado

32. PODER JUDICIÁRIO

O Município de Quitandinha pertence à Comarca de Rio Negro - Paraná.

- Sede da Comarca: Rio Negro - PR

- Praça Coronel Buarque, 148

- Distância da Comarca: 41 Km

- Fone: (047) 642-4779 geral

- CEP: 83.880-000

ANEXO I – Projeto de Lei para Implantação Controle Interno

SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a fiscalização no Município pelo sistema de controle interno do poder Executivo, nos termos do art. 31 da Constituição da República.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO SISTÊMICA DO CONTROLE INTERNO

Art. 1º Fica organizada a fiscalização no Município sob a forma de sistema, que abrange a administração direta e indireta, nos termos do que dispõe o art. 31 da Constituição da República.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 2º. O Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, em especial, tem as seguintes atribuições:

- I – avaliar, no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
- II – viabilizar o atingimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, quanto à eficácia, a eficiência e a efetividade da gestão nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- III - comprovar a legitimidade dos atos de gestão;
- IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- VI - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VII – realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em Restos a Pagar;

VIII – supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000;

IX – tomar as providências indicadas pelo Poder Executivo, conforme o disposto no art. 31 da LC 101/2000, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

X – efetuar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da LC nº 101/2000;

XI – realizar o controle sobre o cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais, nos termos da Constituição Federal e da LC nº 101/2000, informando-o sobre a necessidade de providências e, em caso de não-atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado;

XII – cientificar a(s) autoridade(s) responsável(eis) e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno quando constadas ilegalidades ou irregularidades na administração municipal.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Seção I

Da Unidade Central do Sistema de Controle Interno

Art. 3º. Integram o Sistema de Controle Interno do Município todos os órgãos e agentes públicos da administração direta e das entidades da administração indireta.

Art. 4º. Fica criada, na estrutura administrativa do Município de que trata a Lei nº ____/__, na Unidade Orçamentária do Gabinete do Prefeito, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os órgãos e entidades da administração municipal.

Art. 5º. A coordenação das atividades do sistema de controle interno será exercida pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, como órgão central, com o auxílio dos serviços seccionais de controle interno.

§ 1º Os serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno são serviços de controle, sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação aos órgãos em cujas estruturas administrativas estiverem integrados.

§ 2º. Para o desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o Coordenador do Sistema de Controle poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer dúvidas sobre procedimentos de controle interno.

§ 3º. O Controle Interno instituído pelo Poder Legislativo e pelas entidades da administração indireta, com a indicação do respectivo responsável no órgão e na entidade, para o controle de seus recursos orçamentários e financeiros, é considerado como serviço seccional da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

§ 4º. As unidades setoriais do Legislativo e da administração indireta relacionam-se com a UCCI no que diz respeito às instruções e orientações normativas de caráter técnico-administrativo, e ficam adstritas às auditorias e às demais formas de controle administrativo instituídas pela Unidade Central de Controle Interno, com o objetivo de proteger o patrimônio público contra erros, fraudes e desperdícios.

Art. 6º. Lei específica disporá sobre a instituição da Função de Confiança de Coordenação do Sistema de Controle Interno, as respectivas atribuições e remuneração.

§ 1º. A designação da Função de Confiança de que trata este artigo caberá unicamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os servidores de provimento efetivo que disponham de capacitação técnica e profissional para o exercício do cargo, até que lei complementar federal disponha sobre as regras gerais de escolha, levando em consideração os recursos humanos do Município, mediante a seguinte ordem de preferência:

- a) possuir nível superior nas áreas das Ciências Contábeis, Econômicas, Jurídicas e Sociais ou Administração;
- b) ser detentor de maior tempo de trabalho na Coordenadoria do Sistema de Controle Interno;
- c) ter desenvolvido projetos e estudos técnicos de reconhecida utilidade para o Município;
- d) maior tempo de experiência na administração pública.

§ 2º. Não poderão ser designados para o exercício da Função de que trata o *caput*, os servidores que:

- I – sejam contratados por excepcional interesse público;
- II – estiverem em estágio probatório;
- III – tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;
- IV – realizem atividade político-partidária;
- V – exerçam, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional.

§ 3º. Constitui exceção à regra prevista no parágrafo anterior, inciso II, quando necessária a realização de concurso público para preenchimento da função, a designação de servidor em cumprimento de estágio probatório.

§ 4º. Em caso de a UCCI ser formada por apenas um profissional, este deverá possuir formação acadêmica em Ciências Contábeis e possuir registro regular no respectivo Conselho de Classe.

Art. 7º. Constituem-se em garantias do ocupante da Função de Coordenador do Sistema de Controle Interno e dos servidores que integrarem a Unidade:

- I – independência profissional para o desempenho das atividades na administração direta e indireta;
- II – o acesso a documentos e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno;
- III – a impossibilidade de destituição da função no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo até a data da prestação de contas do exercício do último ano do mandato ao Poder Legislativo.

§ 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em ordem de serviço pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Seção II

Da Competência da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

Art. 8º. Compete à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno a organização dos serviços de controle interno e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema de Controle previstos no art. 2º desta Lei.

§ 1º. Para o cumprimento das atribuições previstas no *caput*, a Coordenadoria :

I – determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;

II – disporá sobre a necessidade da instauração de serviços seccionais de controle interno na administração direta e indireta, ficando, todavia, a designação dos servidores a cargo dos responsáveis pelos respectivos órgãos e entidades;

III – utilizar-se-á de técnicas de controle interno e dos princípios de controle interno da INTOSAI- Organização

Internacional de Instituições Superiores de Auditoria;

IV – regulamentará as atividades de controle através de instruções normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos,

organização, associação ou sindicato à Coordenadoria sobre irregularidades ou ilegalidades na Administração Municipal;

V – emitirá parecer sobre as contas prestadas ou tomadas por órgãos e entidades relativos a recursos públicos repassados pelo Município;

VI – verificará as prestações de contas dos recursos públicos recebidos pelo Município;

VII – opinará em prestações ou tomada de contas, exigidas por força de legislação.

VIII – deverá criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos do Município;

VIII – concentrará as consultas a serem formuladas pelos diversos subsistemas de controle do Município;

IX – responsabilizar-se-á pela disseminação de informações técnicas e legislação aos subsistemas responsáveis pela elaboração dos serviços.

X – realização de treinamentos aos servidores de departamentos e seccionais integrantes do Sistema de Controle Interno.

§ 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, do Chefe do Poder Executivo e do Legislativo, e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, ambos previstos, respectivamente, nos arts. 52 e 54 da LC nº 101/2000, além do Contabilista e do Secretário Responsável pela administração financeira, será assinado pelo Coordenador do Sistema de Controle Interno.

Seção III

Dos Deveres da Coordenadoria Perante Irregularidades no Sistema de Controle Interno

Art. 9º. A Coordenadoria cientificará o Chefe do Poder Executivo e Legislativo mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter, no mínimo:

I – as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos do Município;

II - apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou de irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais;

III - avaliar o desempenho das entidades da administração indireta do Município;

§ 1º. Constatada irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria do Sistema de Controle, esta cientificará a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2º. Não havendo a regularização relativa a irregularidades ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado a conhecimento do Prefeito Municipal e arquivado ficando à disposição do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º. Em caso da não-tomada de providências pelo Prefeito Municipal para a regularização da situação apontada, a UCCI comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilização solidária.

Art. 10. A Tomada de Contas dos Administradores e responsáveis por bens e direitos do Município e a prestação de contas dos Chefes de Poder será organizada pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

Parágrafo único. Constará da Tomada e Prestação de contas de que trata este artigo relatório resumido da Coordenadoria do Sistema de Controle sobre as contas tomadas ou prestadas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 11. O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão, sindicato ou associação, poderá ser informado sobre os dados oficiais do Município relativos à execução dos orçamentos.

Art. 12. A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno participará, obrigatoriamente:

I - dos processos de expansão da informatização do Município, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;

II - da implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total no Município.

Art. 13. Nos termos da legislação, poderão ser contratados especialistas para atender às exigências de trabalho técnico que, para esse fim, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO III – Publicação de Artigo Sobre Controle Interno

Cartas

Associação de Pais e Mestres
Escola Municipal Almindia Antonia de Andrade

Ofício nº 28/03
Trigolândia, 25 de Julho de 2003
Ao Diretor do Jornal O Regional
Através do presente agradecemos o seu patrocínio para a Festa Junina realizada no dia 22/06/03 e informamos que o lucro foi de R\$ 3.304,00 e será investido em equipamentos (microfone, liquidificador industrial) e na manutenção do estabelecimento.
Enalteçamos também, a importância da parceria entre a escola e a iniciativa privada para o sucesso da educação.
Atenciosamente

Clarice de Fátima Fragoso - Diretora

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Campo do Tenente - Paraná

Edital de Convocação

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo do Tenente, convoca a sociedade civil organizada para participarem da II Conferência Comarcial dos Direitos da Criança e do Adolescente entre os municípios de Campo do Tenente e Quitandinha, a qual irá abordar o tema "Pacto pela Paz, uma construção possível", tendo como lema "Exigibilidade dos Direitos, resgatando a cidadania".

A II Conferência Comarcial será realizada no dia 12 de agosto de 2003, sendo sediada no Município de Quitandinha, tendo como local o Cetequi sítio à rua Padre Francisco, 47, início da programação se dará às 12h30 às 17 horas.

Conforme reunião realizada no dia 30 de julho de 2003, com os referidos Conselhos Municipais, foi eleita a Comissão Organizadora, ficando assim disposto:

Jeanine Pires de Oliveira - Quitandinha
Carla Maria Klatkoski - Campo do Tenente
Iracema Piontkievic - Quitandinha
Gelci Lucia Beltrame - Campo do Tenente
Campo do Tenente, 30 de julho de 2003.

Carla Maria Klatkoski - Presidente CMDCA

Prefeitura de Agudos do Sul

PORTARIA Nº 12 DE 28 DE JULHO 2003.
"CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO"
A PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a comissão especial de avaliação, adiante denominada, que terá por finalidade avaliar o imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, conforme descrito no Decreto nº 72/2003.

Parágrafo único: A comissão de que trata o "caput" deste artigo será composta pelos seguintes servidores municipais:
TOBIAS ALVES DA ROCHA NETO - Presidente.
GODOFREDO DE LIMA - Membro
EDSON LUIS VALÉRIO DOS SANTOS - Membro, qual deverá entregar "laudo", no prazo de cinco (05) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul/PR, em 28 de julho de 2003.

Luciane Maira Teixeira - PREFEITA

Registrado e Publicada na data supra

Ferragens E. Weiss Ltda

Estrada Principal Paço-Frigo - Piên - Fone (41) 632 1180



As melhores marcas e produtos que você procura

Super condições de pagamento para você

Materiais de Construção tudo em acabamento do piso ao teto

Entrega a domicílio em qualquer ponto do município.

Faça-nos uma visita e comprove

O REGIONAL

Jornal Semanal de Piên e Região

Insc. Municipal - 0485
CGC-01.276.217/0001-91
CGC-05.528.452/0001-25

Editor Chefe:

Gilson de Jesus dos Santos

Impressão: Informagraf

e-mail: redacao@regionalpien.com.br

Rua Muniz, 500 - Centro - Piên

Paraná - CEP 83.860-000

Editora de Jornal O Regional Ltda

Thiago Bonagura R. da Silva ME

Fone: (41) 632 1256

Jornal O Regional

Anual R\$ 46,00

Semestral R\$ 30,00

Anual via correio R\$ 74,00

Semestral R\$ 42,00

(in) segurança

O Editor

Na última semana, usamos de uma nota em nossa coluna Pinga Pinga para retratar o que vem acontecendo em nossas cidades em virtude da falta de segurança. Não queremos em nenhum momento julgar os profissionais policiais civil e militar que atuam na região, não se trata de uma questão de inoperância, mas sim da falta de estrutura e de um maior contingente para atender os municípios circunvizinhos. Hoje, ao contrário da semana passada, estamos utilizando de um espaço mais expressivo para falar sobre o assunto, principalmente em decorrência dos fatos registrados nos últimos dias.

Em Campo do Tenente o município continua amargando uma situação nada conveniente. Um número expressivo de presos superlotam a cadeia da cidade pelo fato de Rio Negro estar com sua cadeia interdita. Ou seja, o município é obrigado a abrigar presos de uma cidade bem mais estruturada e com maiores recursos, colocando em risco a segurança de seus habitantes. Em Quitandinha, só uma escola foi assaltada mais de 3 vezes nos últimos 2 anos, na última ação os ladrões levaram até mesmo o sistema de alarme instalado pela prefeitura. Roubos de carros na região estão sendo frequentes, no último final de semana

na novas ações na festa realizada no centro de Mandrituba, a exemplo do que havia acontecido em Piên no final de semana anterior.

Mas as más notícias não param por aí. O derrame de notas falsas continua na região. Em Piên já se trata de uma situação incontrolável. Para enriquecer o quadro, nesta semana levaram um "caixa eletrônico". Isso mesmo, em uma ação de 15 minutos 6 homens fortemente armados levaram da localidade de Trigolândia um "caixa eletrônico" inteiro. Os dados negativos se alastram, em Rio Negro um advogado foi assassinado na garagem de sua casa, quando saía para o trabalho. E neste momento, nem entraremos no fator "drogas", que deveria ser outro grande assunto em pauta aos porões do poder.

Situação alarmante. Infelizmente o quadro não é nada favorável e fica cada dia mais difícil identificar de quem é a responsabilidade pela garantia de cidades mais seguras e melhor preparadas para ações como as que estão acontecendo. Já não temos segurança na rua e talvez nem mesmo em nossas próprias casas. Muitos podem achar exagero, e até torcermos para que seja, como também podemos mentir para nós mesmos e continuar fingindo que está tudo muito bem.

O controle interno na administração pública

Ricardo Casagrande - Pós graduado em Auditoria Integral - UFPR

O momento atual, marcado pela escassez de recursos e por uma cobrança cada vez maior da sociedade, reflete nos administradores públicos elevada preocupação no que se refere à existência de maior controle nas entidades que lhe cabem administrar. O processo de controle interno deve, preferencialmente, ter caráter preventivo, ser exercido permanentemente e estar voltado para a correção de eventuais desvios em relação aos parâmetros estabelecidos, como instrumento auxiliar de gestão.

O controle interno deverá verificar a legalidade dos atos e do cumprimento do programa de trabalho, e também, da legitimidade, efetividade, economicidade, eficiência e eficácia na administração pública. Esta nova abordagem exigirá a instrumentalização de controles e uma outra dinâmica nos serviços públicos, culminando com uma nova postura e qualificação dos servidores, que passarão a atuar numa estrutura organizada, com atribuições e responsabilidades claramente definidas.

O controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas, possui limitações para o exercício da fiscalização, ou seja, é muito superficial, já que acaba sendo impossível a eles fiscalizar tudo o que ocorre na administração dos municípios. Para suprir esta limitação, as entidades objeto de fiscalização governamental estão sendo instrumentalizadas com sistemas de controles internos que, além de subsidiar o controle externo, objetiva assegurar a existência de um controle de acordo com a legislação.

Além de salvaguardar os bens e recursos públicos, o controle interno deve avaliar e promover a eficiência operacional, ou seja, garantir que os recursos sejam empregados eficientemente nas operações cotidianas, como forma de se obter a economicidade.

Para tal é necessário que existam políticas administrativas claramente definidas e que estas sejam cumpridas, assim como, que os sistemas de informações contábeis, operacionais e gerenciais sejam eficientes e confiáveis.

A área de contabilidade, por deter o registro de todos os bens, das receitas, dos investimentos e das despesas dos municípios, assume um papel de destaque no contexto do controle interno, sendo ainda, em muitos órgãos públicos de pequeno porte como os municípios de nossa região a unidade que coordena as atividades de controle interno e que canaliza a remessa de informações para os órgãos externos de controle, como Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas, Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Saúde.

Na administração Pública, a manutenção de um sistema de controle interno adequado deve ser uma preocupação constante do administrador, para obter, em consequência, a necessária tranquilidade para administrar.

No âmbito municipal, como em qualquer outra área da Administração Pública, o controle interno também deve ser o mais abrangente possível: deve atingir, pois, a todos os setores ou serviços pertinentes à administração municipal.

Em resumo, o Controle Interno funciona como forma de ajudar a administração a fazer as coisas certas, sendo que a ideia seria quanto mais pessoas estiverem fiscalizando menor será o número de erros cometidos. E estas pessoas, componentes do Sistema de Controle Interno podem ser uma Secretaria, um departamento ou uma comissão, de acordo com o tamanho e estrutura do município. Se este Controle cumprir com suas obrigações e responsabilidades com certeza muitos erros poderão ser evitados, diminuindo o número de prestações de contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas.



QUIT Fones

ONLINE FONES

Mandrituba

- Tudo em telefonia celular
- Aparelhos de última geração
- Antena externa de longo alcance
- pl quem mora na fazenda, chácaras...
- Oferecemos também toda a linha de acessórios p/ telefonia e informática.
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONVENIADA

AV. Fernandes de Andrade 669 - Quitandinha - PR
Fone: (41) 623 1310 / (41) 9903 8300



HERVIS

FÁBRICA DE CALHAS

Tudo em calhas, exaustores e afins.

Fabrica: (41) 626-1045

Tele/Fax: (41) 633-1137

Calhas e Alumínios a preço de amigos